

Existe o suficiente para satisfazer a necessidade de todos, mas não a ambição de todos (Ghandi)

INTRODUÇÃO

Este estudo centra-se na problemática do desemprego jovem que afeta, hoje, milhares de jovens portugueses. As perspectivas de emprego têm piorado no contexto de crise e os jovens são a classe etária que mais tem sofrido com este cenário. Segundo dados do INE, o desemprego jovem (15 a 24 anos) atingiu a fasquia dos 37,7% no quarto trimestre de 2012, o dobro da média nacional. Este é, um problema complexo e que merece estudos aprofundados, neste caso particular o objetivo é responder a determinadas perguntas pertinentes, nomeadamente: O que nos levou a esta situação de desemprego estrutural? Como se explica o aumento de desemprego nos últimos anos? Como isso afeta um grupo particular (jovens)? Como se explica o aumento da precariedade entre a população jovem empregada? Quais as soluções apresentadas pelo estado a essa problemática e qual a efetividade dessas respostas.

A questão de investigação incide no contexto da eventual relação entre Políticas Públicas de Emprego para Jovens, Expectativas e Qualidade de Emprego: as políticas públicas de emprego respondem às expectativas dos jovens face ao mercado de trabalho? Esta questão fundamenta-se na convicção de que as expectativas dos jovens são formadas, em grande medida, pela sociedade civil e pelo sistema capitalista e não têm correspondência direta no mercado de trabalho.

As problemáticas fundamentais em que se assenta este estudo são: o desemprego juvenil, as expectativas dos jovens perante o mercado de trabalho e as políticas de emprego pública de combate ao fenómeno do desemprego jovem.

Os objetivos gerais desta investigação enquadram-se na avaliação do modo como o desemprego afeta o percurso dos jovens e qual o grau de coerência das políticas de emprego juvenil. Para a concretização desses objetivos, primeiro procurou-se analisar os valores e índices de desemprego e precariedade dos jovens e como esses dados influenciam o seu percurso, marcado por trajetórias “yô-yô” (Pais, 2011) e em segundo lugar perceber as respostas a este cenário por parte do governo e o empenhamento em resolver este conflito latente entre crescimento económico e austeridade crónica.

Os objetivos específicos passam por um maior conhecimento e caracterização do desemprego jovem em Portugal, nomeadamente:

- Um melhor conhecimento das políticas de emprego destinadas a jovens e sua aplicação;
- Comparar as expectativas dos jovens em relação ao trabalho com a oferta existente no mercado de trabalho;
- Perceber a transição da formação para o emprego por parte dos jovens, se este é regular ou marcado por diversas passagens de modo de vida reversíveis e fragmentadas (transições yô-yô, com perspectivas incertas);
- Conhecer as estruturas socioeconómicas e as barreiras institucionais que marcam as aspirações dos jovens em relação ao mercado de trabalho;
- Entender os recursos existentes para a inserção dos jovens no mercado de trabalho;
- Um melhor conhecimento do perfil de desemprego jovem português;

Em relação à organização do trabalho, este foi dividido em capítulos, partindo de uma análise geral e afunilando para o caso concreto deste estudo, as causas para o desemprego/precariedade da juventude e as respostas a essa problemática do governo central através de políticas públicas de emprego jovem. Por uma questão de lógica começa-se por analisar o conceito de desemprego (Cap. I), como se caracteriza e, nomeadamente, explicar o desemprego jovem como problema estrutural, as suas consequências económicas e sociais e como este fenómeno afeta, em especial, a população jovem. A análise desta problemática faz-se no plano político, económico e, mais importante, nas suas repercussões na qualidade de vida dos indivíduos (Saúde, 2004) por isso importa saber como chegámos à situação atual de desemprego estrutural analisando o contexto internacional e mais profundamente o contexto português.

Ligado a este fenómeno surge um outro, a precariedade crescente (Cap. II) e que se divide em duas dimensões: a precarização do trabalho (contrato, remunerações e horas de trabalho) e a precarização das condições de trabalho (tecnologia, flexibilidade profissional (Meszaros, 2012)). Para Paul Singer (1995) desemprego e precariedade andam de mãos dadas e o caso nacional parece enquadrar-se neste contexto, como atesta o aumento do emprego parcial de 2008 para 2012 (Quadro 4, dados INE), ou seja, um decréscimo de população trabalhadora (total) e aumento de pessoas a trabalhar a tempo parcial.

No terceiro capítulo analisa-se a juventude enquanto fase da vida, e os modos de transição para a vida adulta que é influenciada pelos dois fenómenos analisados anteriormente. As etapas para a vida adulta deixam de ser lineares (formação-emprego) e passam a ser

irregulares (emprego-desemprego-formação) (Guerreiro e Abrantes, 2007), alternando entre períodos de desemprego, emprego precário e formação (Pais, 2001).

Identificadas as questões de fundo, interessa saber que respostas foram dadas e a efetividade das mesmas, comecei, neste quarto capítulo, por analisar o estado providência e as políticas sociais a partir de 1974. O estado providência português tem características específicas em relação a outros países europeus, essas características estão em grande medida interligadas com o aparecimento do sistema democrático em Portugal em 1974, diferenciando-se principalmente pelo seu carácter tardio, visto que estas políticas já estavam difundidas um pouco por toda a Europa. O estado providência em Portugal foi encarado como um novo tipo de solidariedade em resposta ao aumento da diferenciação social (divisão social do trabalho, hierarquias funcionais e profissionais) (Mozicafreddo, 1994). Nesta perspetiva entendia-se que era necessária uma maior regulação pela administração central que possibilitasse a integração dos indivíduos nas estruturas sociais, mas este sistema mostrou-se falho e a crise do mesmo levou ao aumento dos gastos públicos aumento exponencial de beneficiários, aumento da exclusão social, desemprego, degradação de direitos sociais e pressão fiscal (Rodrigues, 2010) No quinto capítulo analisamos as tendências de inserção dos jovens portugueses (políticas de emprego) no mercado de trabalho tendo por base dados estatísticos (IEFP, INE, Eurostat), as políticas europeias de empregabilidade juvenil e os programas de emprego aplicados em Portugal desde o início do século XXI para perceber que respostas foram dadas e qual a sua efetividade.

Estratégia Metodológica

Partindo do pressuposto de que é a organização teórica e metodológica que diferencia a investigação científica das outras abordagens do social e tendo em conta a questão que levou a esta investigação a princípio distingui, enquanto estratégia de investigação, a metodologia interpretativa ligando a parte teórica à parte prática através de análise documental e entrevistas a atores privilegiados, ou seja, o que se pensa existir na realidade, a análise das dinâmicas sociais, foi pedido ao IEFP, IP que se pudessem fazer questionários aos atores que executam as medidas de empregabilidade idealizadas pelo governo, mas tal não me foi possibilitado, comunicando-me que só o Delegado Regional do organismo em causa pode falar sobre esses assuntos e este não se encontra disponível para o efeito (guião de entrevista anexo 5). Procurava-se analisar a diversidade de sujeitos que tratam do tema em questão, as suas representações e práticas, através de uma amostra, selecionada de acordo com o objetivo assumido. Apenas referir que o grupo definido como amostra seria um conjunto de técnicos ligados à problemática em questão, o desemprego juvenil e expectativas perante o mercado de trabalho, numa tentativa de encontrar a diversidade num conjunto homogéneo de sujeitos ou situações. Não sendo possível as entrevistas aos atores envolvidos privilegiei as

técnicas de pesquisa documentais através de quadros e análises anteriormente feitas à questão de partida que permitem complementar o trabalho em questão com informações privilegiadas das instituições que tratam este objeto de estudo, neste caso o problema do desemprego juvenil (IEFP, INE, Eurostat), informação essa que vai sendo articulada ao longo do trabalho, utilizando uma metodologia baseada na integração de dados em alternativa a uma separação entre corpo teórico e análise empírica.

“Assim, delimitada uma primeira definição do objeto geralmente com base em informação empírica indutivamente analisada, num segundo momento há, simultaneamente, um aprofundamento dessa realidade empírica através da recolha sistemática de informação (sobretudo análise de documentos e dados estatísticos já existentes e entrevistas a informadores privilegiados) e uma aproximação à problemática teórica através da leitura de bibliografia mais pertinente para o objeto delimitado” (Guerra,2006:37).

Apesar de não poder realizar as entrevistas não deixei de procurar a informação mais atual e de base segura para no final o mesmo ter validade científica.

Cap. I- A evolução do conceito de desemprego

Com vista a mais facilmente nos localizarmos em relação ao nosso tema de estudo, proponho uma breve reflexão sobre a evolução histórica do desemprego, nomeadamente o caso português, na modernidade. Esta é particularmente importante porquanto o desemprego é uma consequência da sociedade que fomos construindo ao longo de séculos, uma construção, portanto, da organização social.

“Numa perspetiva histórica, o conceito “desemprego” surge em 1870, para trabalhadores que se vêm privados do seu posto de trabalho. Para tal, contribuiu a noção de suspensão de trabalho agravada mais tarde com o pós-guerra. O período posterior à II Guerra Mundial e até à atualidade, foi um espaço de tempo onde se verificou um notório crescimento económico, embora não acompanhado pela criação de emprego.” (Campos, 2009:15)

As explicações sobre o aumento da percentagem de desempregados serão muitas, entre elas o crescimento demográfico, aumento da taxa de produtividade, evolução tecnológica e pela competitividade que advém da globalização, levando as empresas a reduzir custos, dando espaço para o crescimento do desemprego e novas formas de contratação, como o trabalho temporário ou sub-contratado (Campos, 2009).

O nível de desemprego em Portugal no pós IIª Grande guerra manteve-se constante, até aos anos 70, em que Portugal entrava numa nova etapa. Como nos descreve Boaventura Sousa Santos no livro dedicado ao estado e à sociedade em Portugal (1974-1988), durante a revolução houve alguma instabilidade política, com mudança de governo que não permitiu que houvesse um maior investimento por parte das empresas e conseqüentemente a falta de criação de novos empregos.

Nos anos 80 e início dos anos 90 assistiu-se a um processo de estagnação e a pressão sobre o trabalhador aumentou, levando às piores conseqüências: pobreza, conflitos sociais, divisão política.

Na década de 90 há uma redução do desemprego, fruto dos apoios concedidos pela União Europeia, porém esta situação foi pouca duradoura e no início do novo século voltámos a ter um crescimento mais ou menos acelerado do desemprego, a eficácia desta política baseada em apoios mostrou-se falha e o crescimento econômico reduzido (Campos, 2009).

Atualmente o termo “emprego” expressa a relação entre o trabalhador e a organização, onde a sua tarefa é realizada, recebendo uma remuneração pelos seus serviços que por sua vez vão ser transacionados através do mercado por produtos. Neste tipo de sociedade em que o mercado é o foco central, o trabalho passa a ser o grande diferenciador entre os indivíduos, é ele quem dá a possibilidade de adquirir bens e serviços que necessita, numa base de permuta, recebendo um rendimento que troca por bens. Os indivíduos são medidos pelo que auferem uma vez que esse valor é expresso no potencial de consumo que têm, isto numa sociedade baseada nas leis do mercado.

Nos últimos 25 assiste-se a um processo de crise, resultante do processo de mundialização do capital. Os governos estão endividados, as economias estão cada vez mais longe de proporcionarem condições de emprego àqueles que já estão ou entram no mercado de trabalho. Estranha e paradoxalmente, esses fatos estão a acontecer num período de crescimento e de elevada produtividade.

Neste contexto evidencia-se que estes conceitos (emprego, trabalho, globalização) pertencem, simultaneamente, à esfera da reflexão teórica e da realidade empírica. Constatase, também, a importância que eles adquirem na vida das pessoas e da sociedade moderna (Woleck,2004: 10).

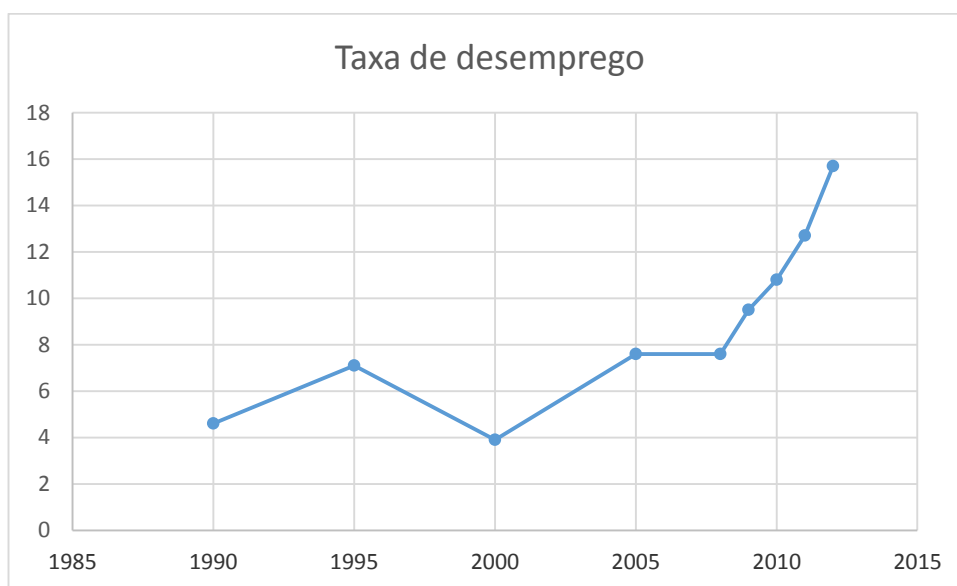
1.1.0 conceito de Desemprego (caso português)

Interessa perceber do que falamos, quando pensamos o desemprego em Portugal na atualidade, já que falamos de uma entidade estatística que varia entre países e que varia entre períodos ao longo da história. Para operacionalizar estes conceitos e posteriormente analisá-los, integramos os principais conceitos e definições utilizados atualmente pelo IEFP

(2011) que nos ajudam a compreender melhor a realidade do desemprego. O desempregado, é, segundo essa definição, todo o indivíduo que não tem emprego e que está imediatamente disponível para trabalhar. Fiquemo-nos então por esta operacionalização proposta: desempregado é todo o indivíduo que não tendo emprego, deseja tê-lo, e para isso se inscreve nos Centros de Emprego do IEFP, IP, no sentido de procurar uma colocação, uma formação, um apoio na sua busca, por vezes difícil e demorada. O número de desempregados tem aumentado de forma exponencial em Portugal como podemos comprovar analisando o gráfico 2.

“Desempregados: pessoas sem trabalho, disponíveis para trabalhar e ativamente à procura de trabalho. As pessoas consideradas como desempregados inscritos de acordo com as definições nacionais são sempre incluídas neste grupo, ainda que não preencham todos os três critérios.” (Bogalho, 2008:83)

Gráfico n.º 1: a evolução do desemprego em Portugal:



Fonte: PORDATA, www.pordata.com acedido a 12-08-2013

Este gráfico mostra-nos uma evolução crescente do desemprego até final de 2012. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e de acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego do 1º trimestre de 2012, a população ativa diminuiu 1,3% em relação ao trimestre homólogo de 2011 e 0,5% em relação ao trimestre anterior (o que corresponde a 73,1 mil e 24,8 mil indivíduos, respetivamente). Para o decréscimo homólogo registado destacam-se os seguintes resultados: a diminuição no número de ativos do sexo masculino (57,4 mil), dos 15 aos 34 anos (75,8 mil) e com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao ensino básico - 3º ciclo (237,9 mil). A taxa de atividade da população em idade ativa (15 e

mais anos) foi de 60,8%. (INE, 2012: 2). Estes números têm sofrido um acréscimo nos primeiros meses de 2013, atingindo a marca dos 17,6% de desempregados em Junho de 2013 (IEFP,IP).

A população desempregada com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário aumentou em 60 900 indivíduos. Segundo dados do INE a “A população desempregada em Portugal, estimada em 819,3 mil indivíduos no 1º trimestre de 2012, verificou um acréscimo homólogo de 18,9% (130,4 mil indivíduos) e trimestral de 6,3% (48,3 mil). (INE, 2012: 2)

O mercado de trabalho não parece comportar mais indivíduos com qualificações superiores (tirando grupos específicos de recrutamento) e assim são deixados à margem de uma colocação neste sistema capitalista sendo colocado numa situação precária, como vamos analisar em capítulos posteriores. Há uma oferta excedentária de pessoas qualificadas em relação à oferta do mercado de trabalho.

Além de desemprego, existem outras duas categorias importantes para percebermos o fenómeno em estudo, de pessoas que não podendo ser consideradas desempregadas, não deixam de estar numa situação delicada perante o mercado de trabalho, são elas a figura de empregado em risco de desemprego e os inativos:

“Empregados em risco: pessoas atualmente a trabalhar, mas que correm o risco de perda involuntária de emprego devido a circunstâncias económicas relacionadas com o empregador, uma reestruturação ou motivo semelhante.” (Bogalho, 2008:83)

“Inativos: pessoas que não estão empregadas ou desempregadas (de acordo com a definição anterior), mas que gostariam de entrar no mercado de trabalho e estão, de alguma forma, em situação desfavorável.” (Bogalho, 2008:83)

Segundo Woleck (2004), foi já na modernidade que o trabalho começou a ser visto como uma ocupação, dentro do sistema económico, transformando-se em emprego como conceito hoje reconhecido. O sistema capitalista, baseado em transações, passou a entender o emprego como uma categoria de indivíduos cujo trabalho é pago em dinheiro e protegido, através de um compromisso social.

Do setor primário passou-se para o setor secundário e daí para uma sociedade de serviços, tornando o emprego em trabalho instável. As políticas atuais parecem tender ainda para a exploração do trabalho humano e é essa visão que terá que ser alterada. Hoje, em pleno século XXI e segundo dados da UNESCO¹ ainda são os milhões de indivíduos que lutam para

¹ Link: <http://whc.unesco.org/en/list/244>

sobreviver que caracterizam a sociedade, mesmo com os seus avanços científicos extraordinários.

Para perceber as mutações que foram acontecendo no do mercado de trabalho importa analisar as ofertas de emprego por setor de atividade e no seu total, em Portugal continental:

Quadro n.º1 - Ofertas de emprego em Portugal por setor em milhares:

Ano	Total	Primário	Secundário	Terciário
1997	7,7	0.4	2.4	4.8
2000	11.1	0.5	4.5	6.1
2005	8.5	0.2	3.0	5.3
2008	11.2	0.5	3.4	7.3
2009	11.2	0.5	3.1	7.5
2010	11.9	0.5	3.7	7.7
2011	9.4	0.5	2.8	6.1
2012	8.5	0.6	2.3	5.6

Fonte de dados: IEFP/MTSS, Fonte: Pordata: www.pordata.com acedido a 12-08-2013, elaboração própria.

Destes dados podemos analisar que no setor primário o número de ofertas de emprego se manteve estável ao longo do período em avaliação (1997-2012), no setor secundário houve algum crescimento até ao ano 2000, verificando-se um decréscimo de ofertas que culminou no pior ano desde 1997: em 2012 houve apenas duas mil e trezentas ofertas para trabalho neste setor. No setor terciário houve um crescimento até 2010, com algumas oscilações, mas a partir desse ano e em especial no ano de 2012 as ofertas desceram e houve menos duas mil e cem ofertas do que no ano de 2008, considerado o primeiro ano da nova crise financeira.

A população à procura de novo emprego também tem mudado ao longo dos anos (Quadro 2), embora ainda sejam as profissões ligadas aos serviços que se encontram mais vulneráveis perante o mercado de trabalho, com um crescimento constante, mas, como podemos verificar no quadro seguinte é nas áreas em que é necessária uma habilitação superior que se tem sentido um processo acelerado de desemprego: os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas sofreram um revés e entre 2000 e 2005, período em que mais do que duplica o número de desempregados nessas áreas (4.800 indivíduos para 12.400), o que apesar de ter oscilado um pouco nos anos seguintes, volta em 2010 a rondar os mesmos valores (12.600), atingindo em 2012 um máximo de 15.200 desempregados. O mesmo aconteceu com as carreiras dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, onde o crescimento do número de pessoas sem emprego mais do que triplicou desde o início do século (7.200 para 29.700).

Quadro 2 -População desempregada à procura de novo emprego, profissões anteriores (milhares):

Tempo	Total	Quadros Superiores	Especialistas	Téc. Profissionais	Administrativos	Serviços e vendedores
1999	192.2	5.2	8.1	12	25.1	39.1
2000	178.2	4.8	7.2	14.2	24.9	37.9
2005	363.5	12.4	14.6	22.8	45.9	61.1
2008	368.7	9.7	20	26.9	42.8	74
2009	473.3	9.8	15.1	33.6	49.4	93.8
2010	539	12.6	17.4	35.8	58.5	117.2
2011	321,3	12.8	21.8	29.1	19.0	43.5
2012	397.9	15.2	29.7	35.2	24.2	51.1

Fonte de dados: INE - Inquérito ao emprego

O desemprego é então um fator transversal e basilar nesta sociedade capitalista e os efeitos da crise acentuam ainda mais este problema, o que podemos constatar no próximo quadro, que nos mostra o aumento do desemprego entre os que mais têm maior qualificação escolar (Quadro 3). No próximo quadro vamos pôr em evidência a relação entre qualificações escolares e desemprego.

Quadro 3: Desempregados inscritos nos centros de emprego, por nível de escolaridade completo (milhares):

Tempo	Total	Nenhum	Básico	Secundário	Superior
1997	428.5	35.2	307.1	62.8	23.4
1999	345.2	29.4	245.4	50.7	19.6
2000	316.9	27.1	223.5	45.7	20.7
2005	466.1	25.3	330.6	72.3	37.8
2008	382.2	20.8	258.2	65.5	37.6
2009	478.4	25.7	324.3	86.1	42.2
2010	534.7	29.2	354.5	103.3	47.7
2011	526.8	28.6	330	109.9	52.3
2012	860.1	26.9	496.5	209.4	69.2

Fonte de dados: IEFP, IP/MTSS

Ao nível das qualificações escolares o maior incremento de desemprego surge na população com ensino superior concluído, que cresce de 23 400 em 1997 para 37. 800 em 2005 e 52.300

em 2011, atingindo 69.200 indivíduos em 2012. Existe uma explosão do desemprego para quem tem o nível superior de educação enquanto, por exemplo, o desemprego entre pessoas com o ensino básico completo apenas aumentou ligeiramente desde 1997 (307.100) para 2005 (330.600) e em 2011 assiste-se até a um ligeiro retrocesso em relação a 2005 (330 mil), explodindo no ano seguinte para um novo máximo de 496 mil e quinhentas, também houve um aumento de desempregados com o grau secundário, nomeadamente entre 2005 (72.300 indivíduos) para 2011 (109.900) e deste para 2012 (209.400).

O que se pode seguramente retirar destes dados é que o crescimento do desemprego entre a população com o ensino superior tem aumentado muito mais do que aumenta a população cujo último emprego esteve ligado a uma profissão que não exigia uma qualificação superior. Em 2010 são 30 mil os desempregados cuja última ocupação foi nas áreas de especialistas das profissões intelectuais e científicas (17.400 desempregados) e quadros superiores da administração pública (12.600) e os indivíduos desempregados com habilitação superior eram 47.700, existe aqui uma lacuna e pelo menos um terço da população com habilitação superior não estava ou nunca esteve num trabalho onde pudesse exercer a competência adquirida no processo escolar, ou seja, está em causa a própria socialização pela educação que foi um dos pilares do projeto dos estados social-democratas europeus no pós segunda guerra mundial, que garantia direitos laborais e identidade para a cidadania social e política (Alves, 2012^a).

1.2 Desemprego e Identidade Pessoal e Social

Além da vertente económica, existe também uma função social e psicológica, o desempregado já não tem “tempo de trabalho” e isso influí na sua relação com a família e a sociedade em geral. O indivíduo não tem outra possibilidade de fonte de rendimento que não seja a obtenção de um trabalho assalariado, logo a sua participação social está ligada a uma atividade laboral e será afetado na sua identidade pessoal e social caso não consiga trabalho (Guerreiro, 2007), ou seja, o desemprego, por si só, acarreta um sentido imensamente negativo na vida das pessoas, não só no que diz respeito à remuneração monetária, mas afeta os horários, a identidade e o seu equilíbrio, entre o seu papel profissional e a sua vida em sociedade, é como se um dos pilares desaparecesse e se deslocasse todo para um outro lugar.

Este parecia ser um conceito ultrapassado, na era das novas tecnologias e da modernização do trabalho, o lugar do indivíduo deveria ser mais na vida social, mas a crescente individualização e flexibilização das relações de trabalho, assim como a maior responsabilização dos trabalhadores assalariados vêm pôr em causa este sistema, que quebra para o lado dos menos protegidos: os trabalhadores.

“O paradoxo está em que, se por um lado, parecem hoje, mais do que nunca, reunidas as

condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa de liberdade, de igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje”. (Santos, 2004: 13)

Segundo Boaventura Sousa Santos (2004) deve-se ter em atenção três objetivos fundamentais:

- 1) Prevenir o desemprego e a insegurança no trabalho;
- 2) Reduzir as dificuldades vividas pelos desempregados;
- 3) Restituir os trabalhos seguros às pessoas.

Estes objetivos proporcionariam ao indivíduo desempregado a reinserção rápida no mundo do trabalho, evitando o afastamento de determinado contexto social que lhe é prejudicial.

A partir dos anos 70, o trabalho passou a ser escasso, temporário e a força de trabalho passou a ser mais dispersa com a entrada de mais mulheres, imigrantes e maior diferença de idades entre trabalhadores (Kallenberg, 2011). Nesse período também aparece a figura de casal trabalhador.

O poder de negociação dos trabalhadores perde a sua força e encontra-se fragilizado em relação aos patrões e entidades governamentais, algumas das causas para esse enfraquecimento seriam extrínsecas, como as políticas económicas e sociais, o decréscimo de grandes empresas e da sua dimensão, o menor poder dos sindicatos ou a maior diversidade de trabalhadores, quer no seu vínculo, quer em idade e género, conjugados com as expectativas, necessidades e valores do próprio trabalhador como refere Kallenberg (2011) e estes parecem ser os fatores que condicionam a luta por direitos laborais e por um “bom emprego”.

A globalização, assim como a competitividade, sob a máscara de uma oportunidade de crescimento, aceleram e aprofundam o problema do desemprego, a deslocalização de grandes empresas para a periferia, onde a produtividade é maior (baixos salários, pagos em moeda hiperdesvalorizada) e o lucro exponencial, deixando as economias mais frágeis sob um efeito de recessão difícil de resolver (Rodrigues, 2010). Então como resolver o problema do desemprego?

Resumindo, o desemprego, por tudo o que representa, quer nas consequências económicas e sociais, quer pela sua extensão numérica, leva a um debate cada vez mais acirrado. A análise desta problemática faz-se no plano político, económico e talvez mais importante, no plano social e os seus efeitos na qualidade de vida dos indivíduos (Saúde, 2004). O flagelo do desemprego tem tal volume e tais repercussões na vida dos cidadãos que é unânime em todos os investigadores preocupados com este fenómeno que este constitui um tema de debate urgente na sociedade civil.

1.3 A perspectiva de um mundo sem Trabalho num cenário de crise (2008/...)

A noção de emprego historicamente estava diretamente ligada ao conceito de força de trabalho como forma de auferir uma remuneração com vista à satisfação das necessidades do indivíduo, uma perspectiva que vinha do pensamento Marxista desde 1859 (Marx, 1983), mas hoje é comumente aceite que para o indivíduo, o fato de estar na situação de empregado leva a conseqüências que vão muito além da dimensão económica, pois as competências adquiridas no local de trabalho possibilitam o seu desenvolvimento, quer nas suas interações sociais, quer na sua própria identidade pessoal e social, o que se repercute em todos os domínios da vida (Saúde, 2004).

Estes efeitos nefastos de falta de emprego foram exacerbados pela crise de 2008 e para isso interessa saber o que levou a este episódio histórico que veio abalar as grandes economias americana e europeia, com efeitos catastróficos para países como Portugal, Espanha ou Grécia.

A crise como a conhecemos hoje não apareceu do nada, teve o seu efeito primeiro nos Estados Unidos da América, onde a bolha imobiliária estourou e depois se repercutiu por toda a Europa. As Companhias hipotecárias ofereceram casas mesmo a quem não tinha condições para as pagar, os bancos compraram e venderam hipotecas, produtos atraentes para investidores desatentos e as agências de classificação de risco encorajaram e deram avale a todo este processo. Estes são generalizadamente considerados os culpados da crise. Os mercados não administraram o risco, encorajaram dívidas excessivas com altos custos de transação (Stiglitz, 2010).

“Com regulação adequada, as inovações poderiam ter sido reorientadas com o fim de aumentar a eficiência da economia e a segurança dos cidadãos” (Stiglitz,2010: 45)

Segundo Stiglitz (2010) não houve regulação, o que levou a que a crise se propagasse rapidamente aos países europeus, que sofriam dos mesmos males, era um sistema falho com a implementação inadequada de legislação sobre competição, informação incorreta veiculada e falta de compreensão a respeito do risco por parte dos investidores e que levou a um aprofundamento da crise.

Para Stiglitz, o FMI (Fundo Monetário Internacional) atua sob uma perspectiva de fundamentalismo do mercado: os mercados são eficientes, autocorrigem-se e devem ser deixados entregues aos seus próprios expedientes para crescimento e eficiência.

“Mas em crise, o fundo reclama a assistência governamental imediata e maciça, preocupada com o “contágio” de um país para o outro. Mas é uma externilidade e se existe não se pode acreditar no fundamentalismo do mercado.” (Stiglitz, 2010:55)

Algo contraditoriamente, o FMI e o tesouro americano acreditam que os mercados funcionam bem por conta própria, mesmo com maus exemplos, e os resgates seriam exemplos de políticas incoerentes, com consequências potencialmente nefastas a longo prazo, mas no final é o estado que tem de desenvolver políticas que reponham a dívida em níveis considerados por eles aceitáveis.

“Os reguladores cometeram um erro de julgamento: como a economia tinha “sobrevivido” tão bem, os mercados, segundo eles, estavam funcionando bem por conta própria e as regulações não eram necessárias. Esqueceram-se de notar que eles haviam sobrevivido por causa da intervenção massiva do governo. O problema do risco moral é muito grande.” (Stiglitz,2010:56)

Não podemos afirmar que o problema tenha sido apenas de regulação, seria estreitar demasiado a questão em análise, mas esta é feita tardiamente, o que novamente agrava o desemprego e as suas consequências.

Esta é uma crise de sobrevalorização do capital, que não encontra rentabilidade, principalmente na europa onde os investimentos são caros e a moeda demasiado valorizada para servir de suporte a transações maciças, como nos descreve Giovanni Alves no seu estudo sobre a Crise de valorização e desmedida do capital:

“Apesar do crescimento exacerbado do capital acumulado, surgem menos possibilidades de investimento produtivo de valor que conduza a uma rentabilidade adequada às necessidades do capital em sua etapa planetária. Esta é a dimensão paradoxal da crise estrutural de valorização.” (Alves, 2012c:9)

Este modelo de capitalismo não responde às necessidades e anseios dos indivíduos, criando ilusões e promessas de liberdade e igualdade e as promessas de bem-estar social e emprego para bilhões de indivíduos passa a ser uma utopia (Alves, 2012c: 12):

O capitalismo é posto em causa, mas não se pressupõe uma alternativa e, assim, a crise do capitalismo surge do seu próprio sucesso como modo de extração de mais-valia, numa lógica em que riqueza é dinheiro e pondo de lado o conceito de riqueza como investimento em algo que beneficie a população e que proporcione acesso a todos os indivíduos a um emprego estável e com direitos sociais.

1.4 Qualidade de Emprego vs precariedade

Também na qualidade de emprego se notam algumas transformações, nomeadamente na natureza do próprio trabalho: nos anos 90 começa a perceber-se o fenómeno de workfare ou seja, felicidade no trabalho que vem substituir o conceito de welfare. São agora grupos mais heterogêneos, maior feminização do emprego, trabalhadores com diferentes graus de ensino e mudanças ideológicas do governo que as suportaram, levando ao individualismo profissional e social, substituindo a responsabilidade coletiva (força de sindicatos e classes).

Estas mudanças, que já se vinham a sentir desde os anos setenta levam às seguintes consequências no mercado de trabalho: insegurança no trabalho, turnos de 24 horas, desigualdade entre bons empregos e maus empregos e dificuldade de ascensão de um mau emprego para um que seja considerado bom.

As Consequências sociais desse processo são o aumento da pobreza, dos conflitos familiares, da divisão política e das disparidades raciais, étnicas e de género.

Segundo Kallenberg (2011) um bom emprego teria de ter as seguintes características:

- 1- Um bom salário, ou mais importante, que dê a oportunidade para haver um aumento salarial gradual;
- 2- Benefícios sociais - Seguro de saúde, aposentadoria e regalias (utilização ou pagamento de transporte, casa ou planos especiais de saúde);
- 3- Que dê controlo e autonomia ao trabalhador nas suas atividades;
- 4- que possibilite flexibilidade e controle sobre horários e termos de empregabilidade;
- 5 - Algum controle sobre a durabilidade do contrato.

Hoje, ao contrário do que defende Kallenberg (2011), ao analisar as características que um bom emprego deveriam ter, todos os empregos são potencialmente precários. Passa-se da segurança profissional para um sistema de competitividade que leva à flexibilidade e precariedade.

“A reorganização produtiva do capitalismo flexível alimenta-se da celebração da revolução técnico-científica e de possibilidades ampliadas de criação da riqueza. Esse entusiasmo é acompanhado de um tanto de piedade com a maior parte da humanidade que não incorporou as transformações tecnológicas, a instantaneidade da comunicação eletrónica e o acesso aos estoques mundiais de informação. Os que estão fora desse mundo merecem tolerância desde que não atrapalhem as gigantescas tarefas de reordenamento do trabalho e do capital: o

paroquialismo da miséria é coisa de quem ainda vai, quiçá, bater às portas do mundo da flexibilidade.” (Fridman, 2007:4)

Hoje em dia pede-se aos trabalhadores que sejam autônomos, que não dependam de procedimentos formais e que estejam abertos a mudanças, ou seja, flexíveis, sem ter em conta o indivíduo na sua faceta social (Kallenberg, 2011). Para Woleck (2004) e Kallenberg (2011), o indivíduo além de ter que estar preparado para uma mudança nas suas funções que exigem novas competências está, também, numa posição insegura perante o seu próprio trabalho, pois este, se necessário, poderá ser extinto, é o fim da imagem do trabalho para toda a vida, da segurança laboral.

Para Kallenberg (2011) as consequências do modelo baseado na insegurança e instabilidade do emprego estão à vista: acordos mediados pelo mercado, aumento do desemprego involuntário, desemprego de longa duração, percepção do trabalhador da possível perda de emprego.

Todo este cenário conjugado com as mudanças estruturais leva à insegurança e instabilidade no emprego. Houve aumento de lucros, mas mal distribuídos, os funcionários de topo tiveram os seus salários aumentados em maior proporção (Kallenberg, 2011). Layoffs e insegurança fizeram recuar o poder de negociação dos trabalhadores. Segundo Kallenberg (2011) a base das desigualdades de salários nos anos 80 eram as competências baseadas nas mudanças tecnológicas (empregos com necessidade de muita competência), nos anos 90 assiste-se a uma reprodução no topo, ocupações diferenciadas, nomeadamente na financerização do mercado de trabalho e quem ocupa cargos nessa estrutura são os analistas e programadores informáticos que beneficiam do sucesso da empresa, sucesso vindo do seu esforço (motivação).

Assim, a nível histórico a conceção de emprego, assim como a expectativa do trabalhador, tem mudado, entre a revolução industrial e os dias de hoje:

1800-1930 - Incerteza;

1930-1975 - Contrato Social, Certezas Concretas;

1975-? - Mecanismos de mercado, incerteza;

Para Giovanni Alves (2011), as alterações recentes que estão associadas à crise de 2008 apresentam-se como novas formas de precariedade: volatilidade profissional e menos hipóteses de mobilidade de ganhos, menos seguros de saúde pagos pelo empregador, os bem pagos tiveram aumento (financeirização da economia) que leva a uma diferença cada vez maior para todos os outros e a educação passa a ser um fator decisivo para diferenciação de salários e possibilidade de conseguir benefícios como seguro de saúde ou aposentadoria.

Em relação às incertezas pessoais (novas formas de contratação flexível), este novo metabolismo social do trabalho (captura da subjetividade do trabalho) leva a uma mudança nas relações sociais no trabalho e na sociedade, mas também a nível psicológico, na sua autoestima e na percepção do seu lugar na sociedade.

“Existe uma quebra dos coletivos de trabalho, captura da subjetividade do homem-que-trabalha e redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria.” (Alves, 2011:1)

O capitalismo tardio opera em três frentes como refere Giovanni Alves (2011):

- 1) Dessubjectivação de classe;
- 2) A “captura” da subjetividade do trabalhador assalariado;
- 3) Redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria;

Em relação à dessubjectivação de classe, a ofensiva do capital teve uma forte influência na vigência da ideologia do individualismo na vida profissional e social.

É nesse contexto histórico-cultural que ocorre a degradação da política, no sentido clássico e a corrosão dos espaços públicos enquanto campo de formação de consciência de classe contingente e necessária. Estão hoje previstos os direitos civis e não os direitos sociais.

A destruição do passado e o “contínuo” de presente, sem preocupações que não sejam o imediato, fazem com que a luta contra o capital seja, simultaneamente, a luta contra o esquecimento.

O trabalhador é visto como parte integrante do processo de reprodução de capital, sem nele participar, fazendo com que o trabalho faça parte da sua vida privada:

“Existe um reordenamento dos seus nexos sociometabólicos. Ao desconstruir/reconstruir “coletivos de trabalho”, o capital opera um movimento de “captura” de subjetividade. Neste movimento, reencontramos o homem social, o trabalhador coletivo como criação do capital.” (Alves, 2011:42)

Temos assim que o homem social é uma criação do próprio sistema e onde a sua subjetividade é moldada pelo capitalismo.

Controlar atitudes comportamentais tornou-se a meta dos treinos empresariais, alastrando um sentimento de medo em relação ao trabalho, funcionando como mecanismo de controlo social. Não interessa formar homens com capacidade crítica, mas apenas força de trabalho ou indivíduos reduzidos a uma mera particularidade, incapazes de escolhas extremas. Existe um projeto individual de personalidade e um modo de reprodução do todo (Alves, 2011).

Para autores como Kallenberg (2011) e Alves (2011) estamos perante uma crise da vida pessoal: crise com o seu espaço de vida, o tempo de vida como de desenvolvimento humano, mas também se deslumbra como uma crise de sociabilidade: o novo metabolismo social do trabalho sob o capitalismo flexível, ao disseminar a insegurança nas relações laborais, não deixa que existam novos modelos de partilha de experiências e provoca uma crise de autorreferência humano-pessoal que é a redução do trabalho vivo a força de trabalho, o conformismo, uma forma de estranhamento que dilacera o homem que decorre da intensificação da manipulação da pessoa que trabalha pelo capital. A sociedade capitalista procura a destruição da identidade laboral (classe), a captura da identidade individual e como moldá-la e conciliar a autodeterminação das personalidades e o objetivo de reprodução de um todo estranho.

Este sistema leva a uma maior integração do trabalhador no processo (melhoria do capitalismo), ajudado pela filosofia do governo: flexibilização e aprendizagem ao longo da vida.

Para Boaventura Sousa Santos (1993), neste sistema, um trabalhador precário não é considerado um bem valioso para a empresa e isso afeta a sua validade social (baixo salário, fraco prestígio social da profissão) e valida uma fraca rede social de suporte para contrapor às imposições institucionais. Em Portugal, por exemplo, tem-se assistido ao crescimento do trabalho a tempo parcial como demonstra o quadro seguinte:

Quadro 4: População empregada a tempo completo e parcial no século XXI (milhares):

<i>Tempo</i>	<i>Total</i>	<i>Tempo completo</i>	<i>Tempo Parcial</i>
1999	5020.9	4472.8	548.1
2000	5122.6	4546.5	576.1
2005	5197.8	4578.2	619.6
2008	5054.1	4465.8	588.3
2009	4978.2	4400.5	577.7
2011	4837.0	4193.8	643.3
2012	4634.7	3970.6	664.1

Fonte de Dados: INE- Inquérito ao emprego

Deste quadro é importante analisar em primeiro lugar a população empregada na totalidade e aí podemos verificar que tem havido uma quebra da população ativa, que vem decrescendo desde 2008, de 5.197.800 para 4.837.000 em 2011 mas o interessante é que de 2008 para 2012 cresceu o emprego parcial (619.600 para 664.100, 2012 foi, então, o recordista em emprego parcial. Com estes números como podemos entender que numa época em que decresce o número de pessoas empregadas tenhamos mais pessoas em trabalhos a tempo

parcial? A resposta parece simples, à custa do emprego a tempo completo, com maiores salários e mais direitos sociais, desde o início da crise em 2008 houve um retrocesso contínuo na população empregada a tempo completo (4578.200 em 2008 para 3970.600 em 2012).

É, assim, a insegurança laboral que marca este início de século XXI e a sua marca é a precariedade, que muitas vezes significa a destruição de expectativas a longo prazo e agrava de sobremaneira o individualismo nas relações profissionais, assim a grande interrogação é: o que é um trabalhador precário e quais as vantagens de existir cada vez mais pessoas nessas condições?

“ [...]é o enigma do precariado, a nova camada social da classe do proletariado que se manifesta hoje, com intensidade e amplitude, nos países capitalistas centrais.” (Alves, 2012^a)

Este é um conceito que aparece nos países mais desenvolvidos industrialmente, associado ao capitalismo tardio.

Fazendo parte de uma sociedade capitalista e ligado às classes trabalhadoras, os trabalhadores precários começam a perceber que por muito que o sistema produtivo se desenvolva e atinja lucros, estes não vão ser redistribuídos equitativamente e que a sua “felicidade profissional” não é tida em conta, assim como a sua “liberdade pessoal” (Alves, 2012 a).

Para Kallenberg (2011), ao nível do saldo dos ganhos da empresa e da compensação do trabalhador, desde 1970 que não existe uma divisão de lucros pelos trabalhadores (existe um lapso entre produtividade e compensação), chegando a paradoxos:

O poder de consumo não aumentou nos anos 80 e 90 apesar do aumento de produtividade (paradoxo de qualidade de emprego numa sociedade afluenta).

Assiste-se ao aparecimento de novos conceitos como o de Downsizing - despedimento sem ser por justa causa ou (Layoff)- sistema perverso de aumento de lucros.

Existe uma crescente marketização e individualização do mercado de trabalho - mecanismos de mercado que valorizam os recursos individuais: educação, capital humano ou experiência, já não é uma luta coletiva, é individual (Kallenberg, 2011).

Estabilidade e segurança substituídos por lealdade e trabalho duro, muda o contrato psicológico baseado na confiança mútua e expectativas sobre as obrigações e deveres de cada parte, leva a uma maior facilidade em sair da empresa. Todo este contexto leva a um crescente individualismo e a imagem deste sistema é o aumento das contratações através de agências de emprego e fim da imagem de emprego para toda a vida. No capítulo seguinte analisamos a precariedade em Portugal na atualidade.

Completa-se o círculo: Insegurança- Flexibilidade - Precariedade.

Cap. II- Precariedade e perda de identidade

Para Istvan Meszaros (2012) a precarização do trabalho encontra-se em dois níveis: na precarização salarial (contrato, remuneração e horas de trabalho) e, por outro lado, a precarização das condições de trabalho (tecnologia, flexibilidade profissional).

Como já vimos anteriormente, a precarização está presente em toda a sociedade e afeta toda a esfera social, económica e política, num mercado de trabalho já marcado pela falha na resposta ao pleno emprego, funcionando como cartão-de-visita do capitalismo tardio e regredindo centenas de anos, para os tempos em que os gregos denominavam trabalho como algo penoso e sob o qual o trabalhador tinha pouco ou nenhum controlo.

“Na época do capitalismo manipulatório, o trabalho estranhado invade a vida social, corroendo a delimitação entre “tempo de trabalho necessário” e “tempo disponível”. Na verdade, o próprio lazer torna-se extensão do trabalho estranhado enquanto trabalho abstrato. De fato, na sociedade do capital, todos nós somos escravos imersos na condição de proletariedade.” (Meszaros, 2012)

Em pleno século XXI assistimos a um crescimento da população sem trabalho, mas também a um aumento da população a trabalhar em situação precária:

“Por precarização das relações de trabalho entendemos a substituição de relações formalizadas de emprego por relações informais, de compra e venda de serviços, que tomam geralmente as formas de “terceirização, de contratação por tempo limitado, de assalariamento sem registo, de trabalho a domicílio e outras.” (Singer, 1995)

Desde a década de 70 em que se deu a internacionalização de capitais, o trabalho assalariado com direitos começa a escassear, sendo substituído por outras formas de contratação mais precárias, este efeito conjugado com o crescimento do desemprego para níveis nunca antes atingidos são os principais resultados perversos do processo de globalização de capitais e recursos humanos. Começou também o êxodo do capital para países da periferia onde a mão-de-obra, por ser mais barata, contribuía para baixar os custos de produção e aumentar a margem de lucro das empresas num contexto capitalista.

O decréscimo do poder dos sindicatos, que deixam de ter poder negocial por causa da fragmentação do conceito de classe e o próprio trabalhador, que ainda tem ocupação, trabalha cada vez mais, pois não tem poder negocial para se defender, uns têm trabalho a mais e outros não têm trabalho algum (Singer, 1995).

Dos que estão ainda inseridos no mercado de trabalho, são cada vez mais os que têm vínculos precários com as instituições onde cumprem a sua função, e assim, o trabalho assalariado é assim cada vez mais trabalho estranhado, [...] *deste modo, não se trata apenas da degradação do trabalhador assalariado, mas sim, degradação do homem-que-trabalha, isto é, a degradação do ser genérico do homem (o que é uma característica essencial da barbárie social, discutida por nós em artigos anteriores). Assim, com a precarização do homem-que-trabalha o que se desvaloriza não é apenas a força de trabalho como mercadoria, mas sim, o trabalho vivo como atributo ontológico do ser humano.* (Meszaros, 2012)

O trabalhador está perante um novo dilema, ou trabalha mais e mais num emprego com o qual não se identifica e no qual gasta a maior parte do seu tempo, ou caí no desemprego (Singer, 1995).

Para Paul Singer, precariedade e desemprego andam de mãos dadas e são problemas que devem ser combatidos em conjunto:

“A conclusão geral a tirar disso é que é impossível combater o desemprego sem combater a precarização ao mesmo tempo. Reconquistar o cumprimento da legislação do trabalho em vigor parece ser o primeiro passo para barrar e depois reverter o processo de precarização das relações de trabalho.” (Singer, 1995)

2.1 A precariedade na atualidade

Este processo de precarização das relações de trabalho terá de mudar, completando a globalização com uma vertente social mais forte, protegendo o trabalhador através de uma reforma das relações laborais (Singer, 1995).

Para Guy Standing (2011), aparece uma nova categoria ou classe, o precariado, que começa a ganhar protagonismo na europa e principalmente no sul da europa, em Portugal, Espanha ou Grécia. Estes serão cidadãos com grandes problemas em conseguir fazer valer os seus direitos sociais, não são encorajados a encontrar emprego quando estão a receber subsídios e estão muito perto da exclusão social (Standing, 2011).

Seja este termo o mais correto para o que assistimos na atualidade ou outro, o que podemos

facilmente demonstrar é que existe uma multidão de indivíduos para os quais o capitalismo não encontra lugar e este acelerar de desemprego, assim como a falta de perspectiva futura por parte dos desempregados, leva a uma rutura, que pode encaminhá-los para a exclusão social (Capucha, 2005:28).

2.2 O risco social

O que este sistema não teve em conta foi que ele próprio não era perfeito e que estava na sua génese a sua própria destruição pois não tem em conta um fator decisivo: o risco social. Esse tipo de risco começou por ser visto como construção social destinada a legitimar determinadas práticas governamentais (politização do risco): articulação entre riscos sociais, recuo do “estado providência” e a crescente individualização das políticas sociais.

“É certo que na primeira modernidade as políticas sociais, que pretendiam resolver os problemas sociais, conseguiram melhorar substancialmente as condições de vida das populações, à semelhança dos sucessos da ciência. Ganharam com isso a legitimidade social necessária, e proporcionaram ao estado uma justificação sem paralelo para a sua expansão. Contudo, na modernidade tardia, o estado providência deixa de ser tão bem sucedido relativamente aos riscos sociais, e mais uma vez tal como a ciência, passa a estar debaixo de fortes críticas, que põe em causa a sua legitimidade.” (Militão & Pinto 2008: 8)

É posta em causa a legitimidade do estado providência que já passou muitas das suas atribuições para a sociedade civil, sem avaliar os riscos inerentes às mudanças que anteriormente discutimos e os indivíduos, neste caso os jovens, são apanhados numa nova ratoeira.

O ciclo de vida, em que o investimento feito em formação dava acesso a emprego, ou seja, em que havia uma correspondência das competências formais e não formais na sociedade e no mercado de trabalho, não existe ou está muito intrincada e complicada (Saúde e Delgado, 2004:2). Na segunda década do século XXI, com jovens altamente qualificados, é preciso perceber quais são as expectativas desses indivíduos face ao mercado de trabalho:

“É no âmbito destes pressupostos que nos interrogamos sobre o presente e o futuro dos jovens diplomados, e sobre a forma como enfrentam as dificuldades subjacentes à inserção no mercado de trabalho. A fase de construção da identidade profissional é um momento único, etapa fundamental de todo o processo de desenvolvimento humano.” (Saúde & Delgado, 2004: 2)

A resposta a estas incertezas parece estar longe de ser conseguida, até porque a cada ano se agravam, como demonstra o testemunho seguinte por parte de Maria do Céu Mota:

“Só foram colocados 7600 professores dos 51 000 que se candidataram”. São cerca de 43 000 sem trabalho. Como se não houvesse tanto a fazer nas escolas. E depois exige-se aos professores o sucesso dos alunos... Querem alunos motivados, mas os professores têm que estar motivados primeiro.

Mas o que é isto?

É uma profissão em crise. É o ensino em Portugal perto do abismo. Os alunos são vítimas e os pais ainda não viram isso. O que é que as Associações de Pais estão a fazer perante o número de alunos por turma (entre os 26 e os 30)? Ou turmas de 32 no caso do ensino articulado?’ (Mota, 2012)

As empresas portuguesas de têxtil e calçado já se inseriram na globalização e internacionalizaram os seus capitais para países onde a mão-de-obra é mais barata e onde podem ter outro tipo de ligação contratual, mais frágil para o trabalhador. A deslocação tem sido feita para países do Extremo Oriente, Europa de Leste, África e América do Sul. Portugal não consegue ser mais competitivo, assim como a sua moeda de transação, o euro.

A proximidade com os fornecedores e clientes finais, mão-de-obra mais barata, preços competitivos e legislações laborais mais favoráveis parecem ser as razões para este êxodo.

Para o capital, a resposta passaria por uma organização de trabalho mais flexível, a criação de pequenas e médias empresas especializadas no domínio dos serviços e novos desafios, a descentralização da negociação coletiva, o desaparecimento de obstáculos à admissão e ao despedimento de trabalhadores e a maior flexibilidade possível de salários, ou seja, mais precariedade, sempre em benefício dos donos dos meios de produção e em clara desvantagem do indivíduo que cada vez mais desprotegido, não consegue ter uma reação a mais esta provocação do capitalismo que apenas pensa na sua multiplicidade e rentabilidade.

Esta evolução é o resultado da insistência na aplicação de um modelo de desenvolvimento assente em baixos salários, baixas qualificações e forte exploração da mão-de-obra; é o resultado de políticas que não apostaram no sector produtivo, na qualificação, na inovação, na organização das empresas; é o resultado de modelos de gestão empresarial de vistas curtas, orientadas para os lucros fáceis; é o resultado, enfim, das políticas económicas seguidas por sucessivos governos.

As expectativas e preocupações que os jovens sentem ao entrar no mercado de trabalho depois de completarem a sua formação académica é um tema fulcral na nossa sociedade, mas existem muitos pontos em comum com outros países da Europa:

“Nos dias de hoje, banalmente designados por era da globalização, à medida que as inovações tecnológicas se disseminam e colocam ao dispor das populações dos países mais industrializados o acesso à informação e todo um conjunto vasto de recursos, encontram-se cada vez mais pontos em comum.” (Guerreiro & Abrantes, 2007: 3)

Os jovens, um pouco por toda a Europa fora, não podem já fazer planos a longo prazo e vivem numa inconstância, ora dependentes ora independentes economicamente dos pais e isso afeta as suas perspetivas de vida, de constituição de família ou casamento.

Em relação ao estado, as expectativas de uma geração de jovens, seriam de fiscalização da lei em vigor e apoio ao acesso a habitação própria e direitos sociais, como a parentalidade.

2.3 Respostas ao cenário

Neste contexto Luís Capucha considera que existem diversas possibilidades de transformação do modelo social europeu, apontando algumas dessas opções:

1. A opção “neoliberal”: defende que as despesas públicas constituem um obstáculo à competitividade, pelo que se deve tentar diminuir essa despesa. Nesta lógica a “poupança” na despesa social do estado é uma condição necessária para melhorar o funcionamento do mercado e alargar a sua ação a certas áreas das políticas públicas onde se afiguram oportunidades de negócio. *“A experiência mostra que a aplicação deste modelo (...) faz explodir as desigualdades e a exclusão social”*
2. A opção fruto do Fórum Europeu das Políticas Sociais: A sua ideia de base assenta na noção de “política social ativa”, ou seja, *“a promoção da empregabilidade e do emprego, a aprendizagem ao longo da vida, a contratualização de contrapartidas de ativação para acesso a recursos mínimos no quadro das políticas ativas de inserção adequadas ao caso de cada pessoa, o combate à pobreza e à exclusão e a reforma institucional para sustentar este tipo de medidas, são algumas das orientações desta nova geração de políticas”*
3. A opção que efetua “duas pontes entre o seu próprio discurso teórico e a prática política subjacente a esse modelo”: i) *“a mudança da segurança para proteger os habitantes contra os riscos sociais para proteção definida de forma abrangente, através da qual se contribua para a estabilidade económica e social e o progresso social”*; ii) *“a mudança de uma estratégia de convergência entre políticas nacionais concertada de aprofundamento da cooperação entre os estados-membros (Beck, 2001: 334)”*²

² CAPUCHA, Luís (1998). “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, em José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, pp. 36-39.

A noção de exclusão social tem sido, nomeadamente pelos autores franceses, concebida como *“uma realidade processual, multidimensional (económica, social e política), de carácter cumulativo e estrutural, resultante de ruturas sucessivas dos laços sociais sofridas por algumas pessoas, encerrando-as em territórios e coletivos fora dos recursos e valores dominantes da sociedade. A ideia de rutura de laços faz com que se possa ser pobre e não excluído (por exemplo os camponeses ou trabalhadores pobres) e ser-se excluído sem ser pobre (por exemplo os homossexuais)”* (Capucha, 2005: 79)

Estas questões estão todas interligadas, desde o desemprego, a precariedade do emprego na atualidade, a manipulação do homem que trabalha, o sentimento de exclusão social, todos estes sintomas levaram-nos para um novo ciclo do capitalismo tardio: a sociedade do risco, ou a sociedade do medo, onde os indivíduos não sabem por onde poderão agir e onde todo o terreno seguro, legislado e aplicado se pode tornar em areias movediças, sem que as pessoas sejam ouvidas (Capucha, 2005: 95).

Para Ulrich Beck, na sua obra “The Brave New World of Work” a sociedade do risco é caracterizada pelo “risco que transcende qualquer conflito entre capital e trabalho, tanto os capitalistas como os trabalhadores estão expostos a uma possibilidade de barbárie. A destruição dos riscos não corresponde a diferenças sociais, económicas ou geográficas como na primeira modernidade, riscos ecológicos, nucleares, genéticos que nos afetam a todos e está ligado à globalização, quebrando barreiras” (Beck, 2000:6)

O risco está em todas as esferas da sociedade e o erro é continuar a apostar nas mesmas alternativas, quando é claro que estas não se adaptam aos novos problemas, segundo Beck é necessário repensar uma sociedade baseada no trabalho que está a acabar com o emprego tal como o conhecemos. É o próprio sistema que está em julgamento:

“Neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível acarretam desemprego elevado, precarização do trabalho e degradação da relação entre o homem e a natureza, destruição do meio ambiente em escala global.” (Antunes, 2002:35)

Este é um sistema que já não consegue responder às necessidades das pessoas, produzindo uma sociedade de excluídos e precarizados (Antunes, 2002: 35). Destroçam-se os direitos sociais, assistindo passivamente a uma relação individualista e predatória de trabalho, a relação produção/natureza-sociedade é descartável, mantendo o circuito reprodutivo do capital (Antunes, 2002: 38). O capitalismo desde a década de 1970, aplicou um vastíssimo processo de reestruturação do capital com vista à recuperação do ciclo de reprodução de capital (Antunes, 2002: 40).

Para o estado em que chegou o capitalismo foram precisos vários fatores entrarem em conjuntura: *“a perda de direitos laborais e sociais, enfraquecimento dos sindicatos, subjetivismo e individualismo exacerbados é que levam ao estado em que encontramos hoje*

as sociedades.” (Antunes, 2002:41)

Cap. III - Juventude e modos de transição para a vida adulta

Quando falamos de juventude, mesmo referida como uma fase da vida, o próprio conceito não é aceite unanimemente na comunidade científica. Como refere Machado Pais (1990) a fase de vida denominada de juventude tem vindo a modificar-se ao longo do tempo e a imagem do conceito de juventude como um processo de transição com estádios definidos e definitivos não corresponde à realidade atual (Machado Pais, 1990: 150).

Esta fase já não se caracteriza apenas pela passagem do indivíduo para um estádio em que não é dependente mais da família, terminou o seu percurso escolar e está inserido no mercado de trabalho (adulto) (Machado Pais, 2009: 371 e Galland, 2001).

O jovem de hoje não consegue ultrapassar essa fase e assim transportar-se para um estádio de adulto “responsável”: *“um adulto é «responsável», diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento).”* (Machado Pais, 1990:141). Essa transição passa a ser o grande problema que os jovens enfrentam.

Por outro lado, na sociedade baseada no conhecimento, a expectativa de um melhor nível de vida financeira pressiona os jovens para que se mantenham no sistema de ensino durante mais tempo.

Nas sociedades do conhecimento é atribuída grande importância aos saberes e às qualificações formais, adquiridos mediante o sistema de ensino.

“Cresce e diversifica-se o leque de ocupações profissionais e técnicas de elevada qualificação a que só acedem os detentores de diplomas de nível superior, designados por alguns autores de “analistas simbólicos” (Reich, 1993). Todo este conjunto de empregos técnicos e científicos, bem recompensados e prestigiados, está associado a aspirações e investimentos crescentes na educação.” (Guerreiro e Abrantes, 2005:158)

Hoje existem várias “juventudes”, variando estas com a situação económica e social do indivíduo. No presente estudo vou apenas conceptualizar o termo “juventude” como uma unidade (referida como uma fase da vida), definida em termos etários (Machado Pais, 2009).

3.1 Transição para a vida adulta

Para Machado Pais (2009) a esta emancipação da juventude, que se caracteriza pela integração no mercado de trabalho e constituição de família está hoje em stand-by para uma grande maioria, vivendo numa situação de impasse, reconhecendo ainda a existência das etapas que marcam a passagem para o estado de adulto, mas que ficam difusas na sua temporalidade.

Existe uma noção de transição para a vida adulta como algo intrínseco a todos os jovens e esta transição *"é definida como um sistema de processos institucionais e biográficos de socialização articulados (complexo articular) envolvidos na vida das pessoas durante a puberdade, que são condutoras para a aquisição de posições sociais que se projetam sobre o sujeito jovem e que o preparam para a emancipação profissional, familiar e social."* (Casal, 1997: 298).

Esta transição leva à formação de expectativas de futuro, estratégias para alcançar esses objetivos e tomada de decisão quanto às trajetórias a seguir. Esta transição em tempo de crise estrutural de emprego não responde aos anseios dos jovens, o que tem implicações não só na sua inserção no mercado de trabalho, mas também na sua estrutura como sujeito social (Casal, 1997: 314).

Este é um problema não apenas social, mas iminentemente político pois as ações políticas contra a exclusão social dos jovens desfavorecidos é um mero reflexo da contradição entre "coesão social" e "maximização do lucro" ou "diminuição da despesa", que é apanágio das políticas do atual governo.

A diminuição da despesa assenta na otimização dos gastos em relação aos benefícios económicos: aumento de produtividade, adequação de formação às necessidades do aparelho produtivo, desregulação do mercado de trabalho, diminuição do gasto social, enquanto o conceito de coesão social está firmemente ligado ao princípio de justiça e igualdade social que contribuam para a inclusão do cidadão através de políticas ativas de emprego, proteção social e intervenção social que não tenha apenas em mente o lucro. É o conceito de riqueza que não pode ser associado apenas a bem-estar material.

3.1.1 As transformações no modo de vida dos jovens

As transformações estruturais na sociedade levam obviamente a uma transformação do modo como os jovens fazem a sua passagem para a vida adulta numa sociedade modernizada e terceirizada, os problemas adensam-se. *"Por conseguinte, as sociedades modernas são*

marcadas por enormes assimetrias nos capitais culturais e escolares. Estas desigualdades são acentuadas em países como Portugal, em que a modernidade decorre a vários tempos.” (Guerreiro & Abrantes, 2007:16)

Taxas de analfabetismo, insucesso escolar ou abandono escolar ainda são problemas sentidos em maior ou menor escala em Portugal.

Durante a primeira parte do século XX proliferaram as grandes empresas, com produção em larga escala e com condições de trabalho bem definidas e com benefícios para os trabalhadores definidos entre a empresa, o sindicato e o estado, mas principalmente a partir da década de 70, estas foram substituídas por um conjunto mais diversificado de ligações contratuais, mais flexíveis a autónomas e em que a formação e a versatilidade ganham espaço.

A formação, aliada ao trabalho em grupo e à autonomia, começa a ser peça basilar na integração de um mercado de trabalho em que os mecanismos reguladores já não conseguem superar as chamadas “crises cíclicas”.

Os contratos começam a ser formulados sob um prisma temporário ou precário (prestação de serviços, trabalho parcial ou temporário) com pouca ou nenhuma proteção social.

Esta instabilidade cria um sentimento de insegurança na sua vida profissional e pessoal, as empresas também acabam por pagar a fatura visto que irão ter trabalhadores menos identificados ou dispostos a comprometer-se com a empresa.

A perda de segurança, de identidade laboral e a instabilidade podem levar a uma “sociedade do risco” regido pela “ economia da insegurança.” (Beck, 2000).

As expectativas dos indivíduos onde ficam no meio disto tudo? É como olhar para o oceano à procura de uma ilha, assistindo em primeira fila ao desenrolar, muitas vezes incontável e contra a sua vontade, dos acontecimentos, esta teoria parece sugerir que as formas diversas de precarização e etapas por vezes não são sucessivas, pode ser emprego-desemprego-formação, pode ser formação-desemprego-emprego, a lógica deixa de ser universal e as fronteiras entre ensino e emprego foram derrubadas, a existência da formação ao longo da vida também ajuda mas é um conceito um pouco limitativo.

O crescimento económico abrandou, a capacidade de criação de emprego regrediu, a assimetria entre os mais ricos e os mais pobres aumentou. Apesar do crescimento económico, o desemprego disparou:

“Em diversas regiões da UE, as décadas de 70 e 80 foram então marcadas pela escassez de empregos, o que encaminhou grande parte dos jovens para trabalhos precários e temporários, situações de desemprego ou (re)integração nos sistemas de formação.” (Guerreiro & Abrantes, 2007: 21)

Em Portugal o desemprego não cresceu nos anos 80 graças à entrada na UE e ao enorme défice de trabalhadores qualificados nas gerações anteriores mas na década seguinte essa realidade foi novamente uma constante, o crescimento do desemprego, com um novo carácter na década de 2000, começa uma escalada cavalgante que não parece ter fim à vista.

“A inserção dos jovens na vida ativa tende, pois, a passar de trajetórias lineares (da escola para o trabalho) para “trajetórias yô-yô”, alternando entre períodos de desemprego, emprego precário e formação (Pais, 2001) ” in (Guerreiro & Abrantes, 2007:21)

Com o baixo nível de participação dos trabalhadores e sindicatos nas tomadas de decisão nos mecanismos de organização do trabalho, empresas ou estado, assiste-se um ciclo marcado por experiências precárias ou de desemprego.

O estado não consegue lidar com os novos problemas: envelhecimento da população flexibilização do emprego, desemprego e globalização e deixa de poder dar proteção social equitativa.

Os próprios estados-nação têm sentido a pressão dos mecanismos globais, não conseguindo dar resposta aos problemas que surgem da globalização.

Esta não é uma relação pacífica entre estas duas conceptualizações:

“A interação entre os dois princípios expressa um campo de relações de conflito entre forças opostas entre si: as ações públicas que possibilitam esta relação de transição são as próprias portadoras da sua contradição. A transição não é apenas uma questão de mercado, é realmente uma questão social e política ” (Casal, 1997: 315-316).

Para José Machado Pais (2001) existe uma reconstrução de tempo de vida que está a ser desencadeada pelas estruturas que compõem o sistema capitalista *“a geração yô-yô, pela sua natureza, é uma geração em que o tempo flecha se cruza com o tempo cíclico, tempo de eterno retorno. Os jovens desta geração tão rapidamente abandonam a escola, adquirem emprego e se casam - deixando de ser jovens e passando a adultos- quanto, com a mesma rapidez, caem de novo no desemprego, voltam à condição de estudantes ou se divorciam.”* (Machado, 2001: 72)

É o princípio da reversibilidade no processo para a vida adulta, que parece ser aceite no próprio meio familiar. Esta teoria parece confirmar as hipóteses lançadas por Joaquim Casal na sua obra *“Modos emergentes de la transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración”*, na qual a transição é vista como um processo complexo no qual o jovem pode voltar ao meio familiar para continuar a sua fase de transição, mesmo já tendo estado na situação de ser considerado adulto (Casal, 1997: 296).

3.2 A Juventude e o ensino superior

Na atualidade a dimensão escolar e educacional é vista como uma das mais importantes dimensões na reconfiguração das sociedades, afetando tanto a vida dos indivíduos como a reconstrução das estruturas sociais. São estas transformações e os seus impactos que estão na base da evolução tecnológica e económica, política e cultural e até na redefinição dos estilos de vida, processos de mobilidade e exclusão social. Esta é uma juventude moldada nesses preceitos.

O significado do termo “juventude” sofreu mutações ao longo das últimas décadas e se *“nos finais dos anos 60, a juventude era um «problema», na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70, os «problemas» de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, que, diria mesmo, quase se transformou numa categoria económica.”* (Machado Pais, 1990:143)

O jovem é visto muitas vezes como um “ser inacabado”, em processo de construção e que esta fase transitória da sua vida o levará a um outro nível, o de adulto (ou sujeito em vida adulta), tendo como vetor principal o conceito de autonomia, ligada cada vez mais nos dias de hoje a vetores financeiros, seria assim a autonomia financeira que marcaria a passagem do estado “juventude” para o estado “vida adulta”. Poderá ser ainda este paradigma concebível?

Esta imagem de juventude, ou mais precisamente, a passagem dos jovens para a vida adulta como uma categoria económica deixa de fora uma vertente importante: a cultural, estarão os jovens a mudar o paradigma, passando a estadia em casa paterna a ser considerado como algo normal, como uma fase de passagem, retardando propositadamente a constituição do seu próprio agregado familiar, como uma espécie de conformismo social, como refere David Cairns (2011: 21) e Olivier Galland (2001: 140).

Esta discussão leva-nos às expectativas criadas pelos jovens em relação ao ensino superior e o mercado de trabalho, tudo interligado com a sua noção de independência, que tem mudado ao longo dos anos. Na análise de Machado Pais (1990) podemos perceber a natureza de certas frustrações que frequentemente nos vão chegando através da comunicação social, por amigos ou em qualquer outra discussão sobre educação e expectativas: *“progressivamente, os «problemas» dos jovens universitários foram-se modificando. Ao aumento da escolarização e da formação escolar nem sempre terá correspondido uma maior qualificação profissional,*

nem uma maior adequação do sistema de ensino ao mercado de trabalho, facto que terá também contribuído – e limito-me a reproduzir a doxa dominante no discurso político e no da comunicação social– para uma apreciável frustração e desilusão entre os jovens.” (Machado Pais, 1990:143)

Para este autor a transformação foi brusca e passou-se de uma juventude solidária e com sonhos nos anos 60 para um juventude mais “«cética», «pragmática» e «individualista»”. (Machado Pais, 1990:144)

Na atualidade o paradigma familiar tem várias dimensões e os jovens têm uma visão diferente do que significa ser jovem aliando duas perspetivas bem diferentes: um período de liberdade, experiência e aventura e outro de responsabilidade e estabilidade (Guerreiro e Abrantes, 2005: 165).

A própria transição para a vida adulta se diferencia, sendo um processo social e de grande interesse sociológico, vai-se modificando ao longo do tempo por influências económicas, sociais e políticas, e à qual se junta a nova figura do risco social e de reprodução social (Guerreiro e Abrantes, 2005: 171).

Temos de ter em conta os valores, as ideias, as vivências dos indivíduos, em certo tempo e contexto social, e assim, neste caso, iremos usar a corrente “geracional” da sociologia da juventude para o estudo em questão.

3.3 Desarticulação entre educação e trabalho e o papel da formação profissional

A formação universitária é, muitas vezes, desadequada ao mercado de trabalho, porque a formação universitária é vista, em quase todos os casos, como sinónimo de empregabilidade e não como aquisição de conhecimentos. Essa pressão social foi sentida principalmente a partir dos anos noventa, onde se assistiu a um aumento exponencial na população jovem que termina o ensino superior, outras profissões como mecânico, eletricista ou canalizador que apesar de socialmente não terem a aceitação de outras profissões, têm mercado, uma procura efetiva, logo, são profissões de aposta (Guerreiro & Abrantes, 2007).

Esta insegurança leva a uma reconfiguração dos seus projetos de vida, o que não acontecia por exemplo na década de 80 onde os empregos eram duradouros, hoje os empregos são, na sua maioria, temporários e a precarização dos empregos leva-os a viver sobre o “medo” de não conseguirem realizar os seus sonhos: riscos, instabilidade e insegurança fazem parte do seu quotidiano.

A formação profissional, tem sido considerada uma alternativa ao ensino superior e ao abandono escolar.

Esta ampliação dos sistemas de formação profissional através do IEFP e do INOFOR, que ficaram responsáveis por planejar, regular, articular e certificar estes diversos dispositivos de formação, que vêm responder a duas necessidades prementes como explicam Guerreiro e Abrantes (2007):

“Por um lado, corresponde às crescentes exigências da nova economia, cuja competitividade e inovação dependem, em grande medida, de uma mão-de-obra possuidora de novas competências e conhecimentos mais vastos. Este processo atinge mesmo os ofícios que tradicionalmente se aprendiam pela prática. Neste sentido, a formação profissional implica processos complexos de recomposição das identidades profissionais e de modernização organizacional.” (Guerreiro & Abrantes, 2007:65)

O ensino profissional é também encarado como uma alternativa ao processo educacional tradicional, para não abandonar o sistema de ensino (Guerreiro & Abrantes, 2007: 65).

Os jovens começam a achar mais atrativa a formação profissional pois o ensino universitário pode não ser uma solução para o desemprego e assim não abandonam a escola.

Cap. IV. O papel das políticas sociais e de emprego, do estado providência aos dias de hoje

A definição de estado providência de Boaventura Sousa Santos (1990) demonstra bem o objetivo da criação do mesmo: foi o resultado de um novo compromisso entre o estado, o capital e o trabalho, que determinou a distribuição dos lucros mais equitativa entre empregadores e trabalhadores em troca da manutenção do sistema capitalista tal como existia. Neste contexto o papel do estado passa a ser de gestor deste processo (Santos, 1990: 194).

A sua ação pode ser descrita como o “[...]desenvolvimento de políticas sociais gerais e políticas compensatórias de proteção de determinados segmentos, implementação de políticas macroeconômicas e de regulação da esfera privada, estabelece formas de conciliação - institucionalizar a concertação entre parceiros sociais e económicos na busca dos objetivos mais gerais: crescimento económico e diminuição das desigualdades. (Mozzicafreddo, 1994:60)

Os traços são em grande medida os mesmos dos países do sul da Europa, nomeadamente Espanha, Grécia e Itália (Adão e Silva, 2002). No caso em estudo, o modelo português apresenta algumas particularidades sendo considerado como “universalista”:

“Estado Providência português - “Universalista” e com um modelo instrumental e seletivo: responde às solicitações imediatas da população. Processo descontínuo e fragmentado, por pressões e assimetrias de poder nos grupos sociais e escassez de recursos públicos. (Mozzicafreddo, 1994:60)

O papel do estado é, neste sistema, central e sujeito a pressões e a uma sistemática negociação com os diferentes grupos e setores sociais. Como considera Mozzicafreddo, o desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal estruturou-se, em torno do modelo “universalista”, porém, nas medidas que foram sendo tomadas tendeu sempre para uma estratégia instrumental e seletiva, ou seja, os mecanismos da esfera da política de concertação social e económica foram marcadas pela necessidade de dar uma resposta às solicitações imediatas da população (Mozzicafreddo, 1994). Não surpreendentemente este processo revelou-se fragmentado e descontínuo, pressionado tanto pelo poder dos grupos sociais, como pelos escassos recursos públicos.

O estado passa então a ter um papel central no crescimento económico e principal impulsionador de políticas facilitadoras de integração social dos indivíduos. Esta tem de ser uma relação dinâmica, nenhuma destas partes pode ser vista isoladamente.

“O sistema político é conceptualizado em termos da sua relação dinâmica: responder de maneira diferenciada às exigências do meio ambiente e alterar o seu grau de abertura e adaptação ao que vai surgindo nos diferentes setores da sociedade.” (Mozzicafreddo, 1992: 58)

Segundo a análise de Mozzicafreddo (1992) o papel do estado deve mudar face aos problemas que ainda não encontraram soluções positivas, como o crescimento do desemprego e exclusão social.

O estado providência, a sua estrutura, funções e até a sua adequação à realidade social, o seu papel de retração ou expansão na esfera social e económica são aspetos que estão hoje em dia na mesa de discussão (Mozzicafreddo, 1994: 13).

Em síntese podemos conceber o estado providência como *“uma relação social complexa que envolve:*

- (1) Um pacto político de base, cujo objetivo último é compatibilizar capitalismo e democracia;*
- (2) Uma relação tensa, mas durante muito tempo sustentada, entre acumulação e legitimação;*
- (3) Um nível elevado de despesas em capital social (investimento social e consumo social);*
- (4) Uma estrutura administrativa que «interiorizou» a concessão dos direitos sociais e atua na base da «rigidez» destes.”* (Santos et al, 1990: 214-215)

4.1 A formação do Estado-Providência Português

O Estado Providência português surge da exigência de um novo tipo de solidariedade que responda ao aumento da diferenciação social (divisão social do trabalho, hierarquias funcionais e profissionais) e para isso era necessária uma regulação pela administração central para uma mais fácil integração dos indivíduos nas estruturas sociais (Mozzicafreddo, 1994: 14).

O estado providência em Portugal é marcado por duas facetas igualmente importantes, as formas de organização e os mecanismos de regulação:

- a) Formas de organização: decisões coletivas que ponham em marcha processos de organização das necessidades e interesses dos indivíduos e dos grupos sociais.

b) Mecanismos de regulação: Assegurar a interdependência entre as exigências de crescimento econômico e as exigências de compensação social e de formação qualificacional, assegurando o equilíbrio entre o processo de mercantilização da sociedade e as expectativas de igualdade e justiça social.

A estrutura política do estado providência, segundo Mozzicafreddo, torna-se mais pluralista, mas mais constrangida pela lógica de predominância dos interesses setoriais na definição das orientações coletivas que são um conjunto de normas que implicitamente estabelecem um modelo contratual de ação e consolidação da institucionalização das funções de regulação na área social, económica e política. Na opinião de Boaventura Sousa Santos o estado afirmava-se como portador do interesse geral, acima e além das diferentes classes sociais (Santos, 1990:195), em ambas as análises ressalta que o estado providência era encarado sob a premissa de que crescimento económico e políticas sociais, ou o capitalismo e a democracia eram compatíveis (Santos, 1990: 196).

“Pensado como um fenómeno de modernização geral das sociedades: como o produto da crescente diferenciação e expansão das atividades e setores, por um lado, e do processo de mobilização social e política por outro.” (Mozzicafreddo, 1994:59)

É o resultado do funcionamento do sistema político na sua capacidade para tornar compatível a pertinência destas duas lógicas contraditórias e transformam os conflitos de oposição radical em conflitos de regulação para trazer essas lutas para a tomada de decisão.

Por um lado, a expansão do gasto público (Quadro 5), quer em capital social, quer em consumo social, apesar de aumentarem a rentabilidade empresarial e o nível de consumo dos indivíduos, contribuem para intensificar a pressão fiscal sobre os particulares e sobre as empresas (Mozzicafreddo, 1994).

Quadro 5: Dívida direta do estado em % do PIB:

1980	1990	2000	2005	2008	2010	2011	2012
29,1	51,3	52,0	66,0	68,9	87,8	102,3	117,6

Fonte: INE-BP, PORDATA, retirado de pordata.com em 12/08/2013, elaboração própria.³

³ As datas e os respetivos dados analisados servem de comparação entre o início das políticas do estado providência e as políticas de intervenção atuais.

Como podemos verificar no quadro 5, a dívida pública aumentou de 29,1% em 1980 para 117,2% no P.I.B. em 2012, devido às políticas orçamentais implementadas, políticas distributivas ainda baseadas no estado providência.

A função reguladora da sociedade por parte do estado tem gerado outros problemas como o crescimento regular da carga fiscal, das obrigações sociais, a excessiva normatização e regulação da situação dos indivíduos na sociedade e a expansão do estado na sociedade - o estado é agora o catalisador e orientador das sinergias sociais, já não é o agente e protagonista principal.

Para Eduardo Vítor Rodrigues (2010) o modelo português de estado providência tem sido desenvolvido na mesma linha de pensamento da maior parte dos países europeus democráticos:

1- Desenvolvimento de políticas sociais gerais e políticas compensatórias de proteção de determinados grupos da população;

2- Implementação de políticas macroeconómicas e de regulação da esfera económica privada, intervindo nas disfuncionalidades das regras de mercado;

3- Estabelecimento de formas de conciliação, através da institucionalização da concertação entre parceiros sociais e económicos em torno dos grandes objetivos, como o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais.

4- Incentivo à produtividade, no aprofundamento da divisão científica do trabalho e estimulando o consumo, com suporte em políticas de proteção social que garantam a segurança dos cidadãos.⁴

A ação do estado tem-se focado no desenvolvimento de políticas sociais “...gerais e compensatórias e políticas de regulação económica e de intervenção nas disfuncionalidades do mercado. A institucionalização da concertação social, em torno de objetivos económicos e sociais, está presente na estrutura política e legal do Estado.” (Rodrigues, 2010: 204).

O papel do estado providência, criado para estimular o crescimento económico e promover a integração social, debate-se hoje com os problemas do desemprego e do aumento desmedido dos gastos públicos e na pressão fiscal (Quadro 6).

⁴ RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010). “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, p.202 “Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP”, Vol. XX, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto:202.

Quadro 6: Evolução (principais setores) das despesas públicas em % do P.I.B:

Ano	1972	1980	1990	2000	2005	2008	2010	2012
Educação	1,4	3,2	3,8	4,9	4,7	4,3	5,0	4,0
Saúde	0,2	2,9	3,2	4,2	6,0	5,5	5,7	6,3
Seg. Social	0,3	1,0	1,1	3,7	5,5	6,2	6,8	7,5
Defesa	4,3	2,1	1,7	1,3	1,2	1,1	1,8	1,0

Fonte: INE, dados retirados em 12/08/2013, elaboração própria.⁵

Da análise ao quadro onde se discrimina o crescimento das despesas públicas podemos verificar um aumento dos gastos em quase todas as áreas, ou seja, este quadro evidencia a evolução crescente do déficit público, em grande parte devido aos orçamentos expansionistas e ao desfasamento entre a captação das receitas públicas e as despesas públicas. Os objetivos do estado providência estavam a ser cumpridos a nível social e a maioria da população viu os seus direitos sociais realizados, mas hoje assiste-se ao contrário, uma grande percentagem da população não tem os seus direitos sociais garantidos e o desfasamento entre captação de receitas e despesas públicas continua elevado (Mozzicafredo, 1992).

Este aumento, embora progressivamente mais lento veio trazer os problemas que todos reconhecemos: aumento exponencial de beneficiários e subsequentemente os gastos com a proteção social.

O desenvolvimento do estado providência tem sido sujeito a pressões externas e internas que levam a novos desafios, como a resposta à concorrência internacional e à internacionalização de capitais.

Apesar de quase todos os estados providência terem aparecido segundo uma lógica de internacionalização dos capitais e a globalização da economia, não podem esquecer os pressupostos pelos quais uma economia se torna competitiva: uma correlação entre emprego, produtividade, angariação fiscal e solidariedade.

⁵ As datas e os respetivos dados analisados servem de comparação entre o início das políticas do estado providência e as políticas de intervenção atuais.

4.2 A Educação como política social

Uma das grandes premissas do estado providência era o aumento do nível de escolarização da população portuguesa (quadro 7) e conseqüentemente o combate ao analfabetismo, enquadrado no objetivo de ultrapassar o desfasamento de habilitações literárias entre Portugal e os países europeus mais desenvolvidos (Mozzicafreddo, 1994).

Quadro 7: Despesa do Estado em Educação em Portugal (em euros):

1983	483,9
1989	1737,9
1990	2091
2000	6202,6
2005	7316,1
2006	7263,4
2007	7232,1
2008	7348,6
2009	8507,4
2010	8559,2

Fonte: INE: www.ine.pt em 12-08-2013, elaboração própria.⁶

Nos anos oitenta, onde o estado providência teve a sua maior influência, aumentaram de forma quase inigualável os níveis escolares dos portugueses, sendo esta uma das medidas que obtiveram resultados quase imediatos pela intervenção do estado providência e que perdurou até aos dias de hoje, começando a notar-se desacelaramento do investimento na educação nos últimos anos, nomeadamente a partir de 2010.

⁶ As datas e os respetivos dados analisados servem de comparação entre o início das políticas do estado providência e as políticas de intervenção atuais.

4.3 A Crise do Estado Providência e as suas repercussões

O modelo de estado providência apareceu tarde em Portugal, quando já muitos dos outros estados estavam a combater os problemas sociais e alguns mesmo já a sentir as falhas deste modelo. A partir de 1974, um período crucial na luta pelos direitos sociais deram-se algumas mudanças como o alargamento do sistema de proteção a toda a população e justiça social, formaram a base das políticas sociais e do modelo de Estado-Providência.

“A Constituição da República Portuguesa de 1976 aponta para a universalização dos direitos e para um alargamento dos direitos sociais, culturais, políticos e cívicos, próprios de uma democracia mais avançada: direito ao trabalho, ao (pleno) emprego, à assistência material no desemprego, ao salário mínimo, à Segurança Social, à proteção na saúde, à habitação, à educação e à cultura.” (Rodrigues,2010: 202)

O papel do estado durante os anos oitenta: políticas orçamentais expansionistas e subsidiárias junto das empresas e concessão de benefícios fiscais para manter os postos de trabalho existentes (Mozzicaffredo, 1992:80). Na esfera do económico, a tendência, por parte da intervenção do poder político, é a de consolidar as regras de mercado e potencializar as vantagens competitivas dos setores empresariais privados. Para Boaventura Sousa Santos (1990) o estado providência atuava como se não houvesse diferenças entre classes sociais, *“não resolve, nem pretende resolver, contradições sociais. De algum modo interioriza-as.”* (Santos, 1990:200).

Este fenómeno é reforçado pela crise de legitimidade dos sistemas políticos e consequente afastamento dos cidadãos da vida política (Castells, 1996:20-21). O estado providência baseia a sua atuação na distribuição de subsídios e não na proteção dos indivíduos.

“O principal objetivo deste modelo de intervenção baseado no assistencialismo é controlar os grupos sociais vistos como mais perigosos, reagrupando-os todos numa mesma categoria e colocando-os em bairros, asilos, hospitais (...). Manter a ordem pública não é somente uma preocupação estatal, mas também das próprias classes dominantes, que consideram que os grupos marginais são ameaçadores dos seus direitos. Este modelo repressivo apresenta uma lógica de atuação finalista, ou seja, não procura prevenir novas situações de pobreza, mas apenas atua a posteriori e numa base assistencialista.” (Rodrigues, 2010:195)

Para este modelo resultar, os indivíduos em situação de desemprego ou inativos teriam de ser proactivos na procura de alteração da sua condição, uma situação paradoxal em que os grupos sociais mais fragilizados e que recorrem à assistência do estado sejam os mesmos a ter

consciência desse estatuto, o rejeitem e construam novos projetos de vida para os quais não estão preparados. (Rodrigues, 2010: 194)

Nos últimos anos temos assistido a um desinvestimento desses serviços públicos, passando a responsabilidade para a sociedade civil e para o indivíduo (Rodrigues, 2010: 197).

Assiste-se nos dias de hoje a uma fragilização dos preceitos que guiaram aos compromissos do surgimento do Estado providência, os direitos dos trabalhadores consagrados, frutos de lutas sindicais do género “estamos todos juntos” pela premissa “estás por tua conta e risco” acaba por gerar precarização laboral e sentimento de impotência face à entidade patronal, deixa de ser uma luta coletiva e passa a ser uma luta desigual e individual. A menor necessidade do trabalho “vivo” na produção de mercadorias, a mobilidade dos meios produtivos, o consumismo aliados à exclusão social levam à rutura do estado providência tal como fora projetado. (Santos, 1990)

A nível macroeconómico também se nota uma diferenciação nas possibilidades do indivíduo face ao seu contexto laboral:

“[...] o vínculo macroeconómico, que liga as economias de escala, sobrevive à base da diminuição de custos de produção, do aumento da produtividade e da produção em massa de bens de consumo, assim como do consumo maciço desses mesmos bens por parte de alguns trabalhadores com relativa capacidade salarial. Também este vínculo tem vindo a ser fragilizado, desde logo fruto de uma negociação salarial desigual (muito por efeito da ação estrutural do “exército industrial de reserva”) e de uma crescente tendência para a precarização.” (Rodrigues, 2010: 212)

Este foi um processo que deixou muitas mazelas como a produção do “défice de solidariedade” e exclusão social, o crescimento do desemprego, a seletividade e degradação de direitos sociais assim como um aumento do constrangimento fiscal sobre o cidadão são consequências do modelo político do funcionamento do estado, levando a uma redefinição do papel do estado: acordos de regime (compromisso) entre os partidos políticos e as organizações sociais, económicas e profissionais. Nas palavras de Boaventura Sousa Santos a crise do estado providência foi resultado das suas políticas assentarem numa solidariedade mecânica quando cada vez mais a sociedade mostrava vontade de uma solidariedade orgânica (Santos, 1990: 206), que tivesse em conta as fragilidades de cada classe, cada indivíduo.

“Deve ser instituída tendo em conta as transformações, necessidades e interesses que os cidadãos exprimem no atual contexto democrático de funcionamento e organização das sociedades.” (Mozzicafredo, 1994:34)

O conceito de precariedade começa a ser associada à produção e reprodução da pobreza.

O círculo aperta-se: precariedade, clandestinidade, perigosidade e penosidade.

Precariedade - não é só um conjunto de formas intermediárias entre emprego a tempo inteiro e desemprego (a sua expressão pode ser longa). O sentido de estruturação pode ser perdido tanto para os desempregados como para os que não tenham segurança profissional. A precariedade caracteriza-se por uma sucessão de emprego/desemprego.

O modelo de estado providência não consegue responder aos desafios da procura global efetiva e ao pleno emprego e cada vez sofre mais aumentos de gastos públicos e pressão fiscal.

“As políticas de conciliação laboral e de regulação da disfuncionalidade do mercado de trabalho não foram efetivamente acompanhadas, nesta fase de recessão económica, de políticas integradas de reestruturação industrial e ganhos de produtividade: falências, precarização de relações laborais e fuga de capitais foram as respostas dos agentes económicos a este cenário.” (Mozzicafreddo, 1992:79)

Segundo Anthony Giddens, em posição expressa na conferência «A Europa, a Globalização e o Futuro da Política Social», realizada em Lisboa nos dias 5 e 6 de Maio de 2000, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia, o modelo social europeu funda-se nos ideais de justiça social, proteção contra o risco e numa sociedade segura e inclusiva. Ao falar-se de um novo modelo, aponta sete componentes: (i) deve continuar a insistir na redistribuição do rendimento e riqueza; (ii) numa compreensão mais profunda da relação entre a política social e política económica; (iii) regressar ao ideal do pleno emprego como possibilidade genérica para os países da União Europeia; (iv) aceitar a importância de mercados de trabalho flexíveis; (v) deverá procurar criar um novo contrato social com base nas noções de oportunidade e responsabilidade; (vi) combater diretamente novas formas de pobreza e exclusão, mantendo um regime igualitário; (vii) adaptar-se à realidade da imigração.⁷

Ao mesmo tempo e sob a Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia, em 2000, houve espaço para discutir a maneira de tornar a Europa num espaço económico baseado na economia do conhecimento, com mais e melhor emprego e com mais coesão social, tendo como principal vetor instrumental desses objetivos uma boa coordenação de políticas.

Estas medidas e programas são promotoras de intervenções que projetam o direito ao trabalho e a um rendimento mínimo, mas também ao exercício pleno dos direitos cívicos e de

⁷ Anthony Giddens, in Conferência «A Europa, a Globalização e o Futuro da Política Social», realizada em Lisboa nos dias 5 e 6 de Maio de 2000;

uma plena inserção na vida em sociedade. A sociedade civil e o esforço individual de cada sujeito são aqui fatores igualmente importantes para a inclusão do indivíduo na sociedade, o estado providência não promove assim nesta fase, do ano 2000 para cá, o assistencialismo, mas sim a responsabilização compartilhada na inclusão social e cidadania, apoiada na tecnologia.

4.4 Direitos sociais num Estado Providência em crise

Ao longo dos últimos anos cada vez mais se foi pondo em causa o estado providência e o seu papel na defesa dos direitos sociais dos indivíduos e se estes não se foram transformando em direitos civis, sendo apenas estes encarados como direitos reais. (Rodrigues, 2010: 191))

Esta análise está no centro de toda uma discussão: será que os direitos sociais, aqueles que protegem as pessoas da miséria, da fome e da pobreza estão a ser postos em evidência?

“O direito normativo vigente começa a sofrer pressão da sociedade, a qual pretende impor a necessidade de elaboração de novas leis com aspetos sociais mais amplos. Esta necessidade tem origem no grande distanciamento socioeconómico das classes dominantes existentes e no empobrecimento de milhões, face ao enriquecimento de poucos. Desse modo, começa a surgir campo para um “direito social”, o qual tem as suas bases fundamentais nos aspetos sociais da nação e na proteção efetiva dos direitos primordiais do ser humano, como a vida, a dignidade, a integridade física, a consciência, a liberdade, entre outros.” (Rodrigues, 2010: 192)

Na Europa, apesar de as políticas de crescimento e desenvolvimento económico, ainda não se conseguiu respostas para problemas como o desemprego ou a desigualdade entre indivíduos, nem mesmo para a pobreza ou a fome. Tudo isso ainda coexiste no chamado “mundo desenvolvido”.

Para Norbert Elias (1993), o indivíduo usufrui hoje de maior liberdade e é o conjunto dessas liberdades individuais que faz a sociedade (Sociedade dos indivíduos), que para se autorregular precisa de encontrar formas de evitar o caos e a barbárie social, exigindo uma intervenção estatal na área social. São estas as grandes questões que às quais o Estado-Providência não conseguiu responder.

4.5 Precariedade, desemprego e juventude na atualidade: mudanças estruturais e ideológicas do estado providência à situação atual.

Nas sociedades atuais, industrializadas e democráticas, o trabalho precário é associado à instabilidade e à dificuldade na programação do futuro: a juventude não consegue ser autônoma economicamente e sofre com a alteração do ritmo de vida (horários mais longos de trabalho e ciclos de emprego/desemprego).

A precariedade laboral tem características específicas que se enquadram na nova fase de desenvolvimento do sistema capitalista, como refere Castells (2002), a precariedade profissional enquadra-se numa nova fase do desenvolvimento do sistema capitalista nas sociedades ocidentais. Castells (2002) refere uma situação paradoxal: *“nunca o trabalho foi mais central no processo de criação de valor. Mas nunca os trabalhadores foram mais vulneráveis, já que se converteram em indivíduos isolados e subcontratados numa rede flexível, cujo horizonte é desconhecido.”*

Começou já nos anos 70 a substituição de empregos bem remunerados e estáveis por outros instáveis, com baixo rendimento e sem benefícios.

Esta não é só a época do risco, mas do medo, o indivíduo não consegue mais programar a sua existência a médio ou longo prazo (ciclo escola/empresa/família/reforma) e surge um novo ciclo (trabalho/desemprego, casamento/divórcio) (Sá, 2012: 7).

Esta descontinuidade faz com que o desemprego comece a fazer parte do quotidiano dos indivíduos, o que faz com que as pessoas que vivem o flagelo do desemprego não tenham qualquer controlo, não só do momento em que irão retomar a sua atividade dentro do mercado de trabalho, mas também leva à perda de rendimentos, a o ruir de expectativas e ao emergir de incertezas quanto ao futuro.

Num espaço temporal curto assistiu-se a uma mudança de paradigma, do emprego duradouro feito de certezas, compromissos e sonhos para a descendência para um clima de desemprego, precariedade e incerteza do próprio presente conjugado com fracos mecanismos de compensação e fatores de vulnerabilidade extrínseca e intrínseca.

Os fatores de vulnerabilidade extrínsecos: redutores de oportunidades que constroem a entrada do indivíduo no mercado de trabalho, espaço social onde se inserem os indivíduos.

Intrínsecos - trajetórias de vida, características sociais do indivíduo (história, trajetória de vida, contexto social, económico, físico e temporal)

As medidas de Compensação - proteção ou recursos assegurados e/ou mobilizáveis para assistir e adaptar - estado, redes sociais e atividades de substituição.

Em relação à proteção atribuída à família, ao estado e à sociedade, em Portugal, as responsabilidades atribuídas à família não são acompanhadas de medidas de apoio que permitam desempenhar essas funções (sociedade providência). Nesta sociedade de desigualdades e de reduzida proteção estatal, gera-se uma regressão à sociedade providência, este é um modelo familiarista de providência: reduzida responsabilidade coletiva, ênfase nas redes sociais e na família, para os quais se devem dirigir as políticas sociais, para que os beneficiários cumpram o seu papel, num modelo de responsabilidade partilhada: envolve a sociedade, a família e o indivíduo, risco de exclusão social torna-se mais elevado dado que a responsabilização é posta no indivíduo e o apoio público é ineficiente.

O Modelo Português: familiarista e de responsabilidade partilhada, as lacunas do estado-providência são compensadas pela sociedade providência.

Neste modelo o estado passaria a ser mais um fator de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, passando de uma atitude passiva e indemnizadora para uma atitude ativa na inserção no mercado do cidadão que se torna mais e mais responsabilizado pela sua trajetória de vida, estas novas políticas deveriam ajudar as pessoas a se inserirem socialmente, no mercado de trabalho ou em atividades socialmente reconhecidas.

“A inserção é mais do que um direito de subsistência, é um papel ativo na sociedade, tem utilidade social. Considera-se os indivíduos como ativos e não apenas como assistidos, contrariando a visão clássica entre estado e indivíduo. A obrigação é também repartida pela sociedade, obrigando-a a levar a sério os direitos da população marginalizada.” (Hespanha, 2008: 2)

Proporcionaria uma implicação mútua entre indivíduo e sociedade (obrigações recíprocas) em vez de uma relação paternalista: responsabilização do beneficiário com meios proporcionados pela sociedade.

A inserção como campo aberto de experimentação, desde o emprego assalariado até às atividades de utilidade social, combinação entre indemnização e remuneração.

O estado passa de uma postura passiva, baseada numa estrutura burocrática de serviços, normas rígidas, autoridade para com o cidadão, assumindo a responsabilidade da intervenção e operando isoladamente (cidadão como agente passivo) para uma atitude mais ativa, procurando cidadãos em risco social, descentralizando a sua ação e tornando-se flexíveis e o cidadão negocia com o estado o formato das medidas, definindo em conjunto os seus direitos e obrigações.

A sociedade passa a ter mais responsabilidade e confiança por parte do estado o que faz aumentar a consciência dos direitos, solidariedades e formas organizativas de ação e combate à passividade pela sociedade civil.

Modelo de intervenção do estado- providência ativo: abordagem por projeto, regulação partilhada entre estado e sociedade, sustentados por fundos de proveniência pública e privada e com estrutura autônoma de responsabilidades.

Quadro n.º 8: As metodologias da intervenção social pública

	Abordagem por serviço	Abordagem por projeto
Un. de gestão	O serviço público.	A parceria público-privado.
Duração	Permanente.	Por tempo determinado.
Administração	Rígida/burocrática.	Flexível/convencionada.
Base normativa	Lei orgânica.	Contrato de adesão a um programa
Metodologia	Plano de atividades de acordo com o programa do governo	Gestão por objetivos.
Âmbito	Atuação convencional ou de rotina.	Atuação inovadora e experimental.

adaptado de Pedro Hespanha (2008).

As redes sociais remetem para a proteção de caráter societal baseada na proximidade familiar (integração e capacidade de assegurar apoio material e/ou afetivo, evitando o isolamento social, as vantagens neste sistema seriam a proximidade dos problemas, conhecimento da realidade, participação dos interessados, atuação integrada.

O alvo é produzir ajudas, mobilizar capital social ou ligar agentes econômicos: ajustar necessidades, gestão e maximização de sinergias e mobilização de agentes locais para atingir objetivos gerais. O Estado é sempre indispensável, quer para as ações de controlo da proteção, responsabilização e desvio em relação aos objetivos nacionais.

As parcerias pressupõem um conhecimento da realidade onde se quer intervir, consenso em torno dos objetivos partilhados, legitimidade social. Essas medidas criam emprego: o caso da formação profissional é indispensável para conseguir reentrar no mercado de trabalho, deve ser um estímulo à empregabilidade e à qualidade de um futuro emprego, mas estas são ocupações excepcionais e de caráter temporário (Alves, 2012c).

Para estimular o crescimento económico e aumentar a competitividade dos seus produtos nos mercados mundiais, os estados europeus reformam as políticas de emprego: polivalência, flexibilidade e requalificação do trabalho, da compensação por perda de emprego para formação de novas oportunidades.

Os jovens, confrontados com estas mudanças, tendem a aceitar trabalhos precários e mal remunerados ou em áreas muito diferentes daquelas em que estudaram para fugir ao

desemprego e mesmos os padrões muitas vezes ditam os horários, as atribuições ou as remunerações, não há espaço para negociação. Os jovens ficam com o seu destino a longo termo condicionado, não tendo perspectiva de obter uma integração eficaz no mercado de trabalho a médio prazo (eurofound, 2012).

Para o enfraquecimento do poder negocial do trabalhador muito contribuiu a perda gradual de protagonismo dos sindicatos na vida dos indivíduos e na defesa dos seus direitos: as pessoas mudam muitas vezes de emprego, logo não têm consciência de classe, o que não dá espaço a negociação das condições de trabalho aliado ao medo do despedimento. Os jovens estão preocupados com questões quase sempre diárias e conseqüentemente afastam-se de lutas contínuas e por direitos que não conseguem resolver.

Os próprios sindicatos, assentes na defesa dos direitos dos trabalhadores de grandes organizações, categorias profissionais definidas e contratos coletivos de trabalho não consegue dar uma resposta a quem tem contrato temporário e muitas vezes com uma categoria profissional difusa (Alves, 2012c). Também as conotações partidárias podem afastar estes jovens dos sindicatos.

“Existe, entre os jovens, uma tensão entre duas visões díspares da atividade profissional. Alguns valorizam o trabalho sobretudo como forma de realização pessoal, outros como meio de sustentar a realização noutras esferas, nomeadamente (mas não apenas), na familiar.” (Guerreiro & Abrantes, 2007: 93)

Os jovens querem também empregos desafiadores e com flexibilidade de horários e só depois disso pensam na constituição de família, querem bons empregos, com controlo sobre horários e sob a termo do seu contrato, em resposta, o mercado de trabalho torna-se cada vez mais precário e instável, existe pois uma choque entre as expetativas dos jovens qualificados e o que o mercado de trabalho oferece.

Para Meszaros (2012), a educação seria o “[...]desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo”, englobando os valores e ideais defendidos desde há muitos séculos, mas que estão hoje a ser alterados pela lógica capitalista (Meszaros, 2012)

Desta maneira para Meszaros (2012) “o “capitalismo avançado” pôde seguramente ordenar seus negócios de modo a limitar o período de educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente convenientes da vida dos indivíduos e mesmo fazê-lo de maneira discriminadora/elitista. As determinações estruturais objetivas da “normalidade” da vida quotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a “educação” continua das pessoas no espírito de tomar como dado o ethos social dominante, internalizando “consensualmente”, com isso, a proclamada inalterabilidade da ordem natural estabelecida.” (Meszaros, 2012)

O período de educação superior é um tempo curto na vida dos indivíduos, o resto da educação é dada pelo sistema capitalista com a sua dominação ideológica imiscuída na sociedade (Meszaros, 2012).

Educação capitalista leva a que os indivíduos sejam coagidos pelos valores de uma sociedade que só tem em consideração as transações de mercadorias, incluindo aí o próprio saber e conhecimento, fazendo transparecer que este é um processo natural e intrínseco à vida em sociedade (Meszaros, 2012).

Existem vários autores, entre eles Meszaros (2012), que se referem a uma crise educacional, tendo como principais fatores os valores capitalistas que corrompem todos os indivíduos por meio de pressões sociais (Meszaros, 2012).

5. Os novos desafios da juventude portuguesa: inserção no mercado de trabalho

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de maio de 2012 (Quadro 10), os jovens com idade entre 15 e 34 anos representavam um quarto (25,1%) da população total portuguesa (2,7 milhões) e desses jovens, cuja faixa etária se encontra entre os 20 e os 24, 64,4% têm pelo menos o ensino secundário, considerada a escolaridade mínima obrigatória, enquanto população como um todo apenas apresenta 30,9% de indivíduos que concluíram o ensino secundário, estamos perante uma geração que se distancia das outras no seu nível de escolarização, mas também é a que mais inatividade apresenta (61,2%) e a que mais contribui para o nível de inatividade geral para indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos (38,7%) (INE,2012).

Quadro n.º 9: população ativa: total e por grupo etário (%)

Tempo	Grupos etários						
	Total	<25	25-34	35-44	45-54	55-64	65+
1990	100%	20,4	22,3	22,7	18,6	12,1	3,8
1995	100%	14,8	22,3	25,1	21,6	11,7	4,4
2000	100%	13,0	26,0	24,4	19,6	11,1	5,4
2005	100%	10,2	26,8	25,0	20,8	11,5	5,9

Políticas Públicas e Desemprego Jovem

2008	100%	9,0	26,0	25,3	21,7	12,1	5,8
2009	100%	8,4	25,9	25,7	22,0	12,3	5,7
2010	100%	7,6	25,5	26,1	22,8	12,3	5,7
2011	100%	8,0	25,1	26,5	22,8	12,5	5,1
2012	100%	7,8	24,0	27,0	23,3	12,6	5,3

Fonte de dados: INE- Inquérito ao emprego

Deste quadro podemos verificar o que anteriormente foi descrito. Tendo por base os dados do Eurostat, os grupos etários em que diminuiu drasticamente o número de indivíduos no ativo foi nos mais jovens, em muito derivado a um maior índice de escolarização, em 2005 havia 564 200 indivíduos com menos de 25 anos em atividade (10,2% da população empregada geral), em 2008 eram já só 507 500 e em 2012 427 300 (7,2% da população empregada), o mesmo acontecendo para a faixa etária entre os 25 e os 34, caindo de 1 464 400 em 2008 para 1 320 100 em 2012.

A taxa de desemprego jovem (15-24 anos) era nessa altura de 30,1% (12,7% do total de desemprego). Quem sofre mais com o desemprego são os menos escolarizados (53%) de entre a população jovem (INE,2012). Segundo dados da Comissão Europeia em Agosto de 2012 a taxa de desemprego jovem tinha já aumentado para 35,9% e entre os que trabalham 55% tinham contrato temporário. Segundo o Eurostat em 2011, dos 94 milhões de europeus com idade compreendida entre os 15 e os 29, apenas 34% estavam empregados.

A Comissão Europeia distingue entre os jovens com idade compreendida entre 15 e 29 os que não estão nem a estudar nem a trabalhar, os NEET- not in employment, education or training, que atingiram os 33%, ou seja, um terço da população jovem europeia não está a trabalhar, a estudar ou em formação, fazendo a soma de 14 milhões de jovens que não estão na realidade em qualquer programa que possa ajudar a mudar o rumo da sua situação profissional e social. Em Portugal existem 260.392 jovens na categoria de NEET (Eurostat), segundo este organismo as perdas económicas por estes jovens não estarem inseridos no mercado de trabalho ou em programas que possibilitem a sua inserção, para o conjunto dos países da comunidade europeia, será de 2680 milhões de euros por ano, o equivalente a 1,57% do PIB.

Hoje parece cada vez mais premente a necessidade de se criarem condições para a promoção do emprego jovem em Portugal e mesmo ao nível da internacionalização é necessária uma maior informação sobre as condições que irão encontrar e se estas correspondem às suas expectativas visto que existe uma grande percentagem de jovens com intenção de emigrar, principalmente por incorporarem essa alternativa com a única que lhes pode permitir uma melhoria das suas condições profissionais e económicas.

Para esta internacionalização muito contribuem as novas tecnologias, existindo um crescente número de jovens que procura emprego usando a internet, tanto na procura efetiva de

ofertas de emprego, na marcação de entrevistas e até na realização das mesmas por videochamada. Segundo dados do INE, 92,7% dos jovens usam a internet na procura de emprego, mesmo na procura interna, com os sites de emprego e o canal “netemprego” criado no âmbito do processo de modernização do Serviço Público de Emprego (SPE), disponível no site do IEFP, IP.⁸

5.1 A Políticas europeias de emprego jovem

Nos anos 90, apesar do crescimento da taxa de empregabilidade havia já uma preocupação com a inserção dos desempregados e a qualidade do emprego que iriam encontrar e para isso foi criado um grupo de trabalho composto por sete estados membros e duas direções de comissão (1996) que reportavam à comissão da Eurostat, que teve o seu auge em Novembro de 1997, altura em que a “estratégia europeia para o emprego” foi lançada pelo Conselho da União Europeia, criando políticas de emprego para desempregados inscritos nos serviços públicos de emprego (Bogalho, 2008: 45)

No início do novo século, esses dados foram compilados e deram origem a uma nova metodologia de políticas de emprego (PE).

Os objetivos eram os de desenvolver as qualificações profissionais dos participantes, proporcionar incentivos à colocação dos desempregados ou à criação de emprego (incluindo o próprio emprego).

As medidas PE abrangem, sobretudo, as intervenções públicas que forneçam apoio temporário a grupos desfavorecidos no mercado de trabalho.

Estas medidas tiveram impactos positivos, mas não serviram para, sozinhos, responderem ao acelerar do desemprego e o desafio lançado por toda a Europa neste ano de 2012 é a resolução do desemprego jovem:

“O futuro imediato da Europa depende dos 94 milhões de europeus com idade entre 15 e 29 anos. Além dos desafios que os jovens têm enfrentado durante gerações no processo de passagem para a vida adulta, esta geração vai viver numa época em que a globalização está completa e terá de lidar com a responsabilidade de lidar com uma população em envelhecimento.” (eurofound,2012)

⁸ Link: <http://www.iefp.pt/perfil/Paginas/procura.aspx>

Existe uma preocupação europeia e mundial sobre o problema do desemprego e nomeadamente do desemprego jovem, como nos mostram os diversos relatórios feitos sobre essa questão que frisam que no ano de 2011 apenas 34% dos jovens europeus estava empregado e que o desemprego jovem aumentou de 1,5 milhões para 5,5 milhões em 2011 (eurofound, 2012).

Houve um aumento exponencial de desemprego entre os jovens e mais de um milhão de desempregados se juntou ao número já existente, fazendo cair a cada dia um novo recorde.

"De acordo com o Eurostat, em 2011, 7,5 milhões de jovens com idade entre 15-24 anos e mais de 6,5 milhões de jovens com idade entre 25-29 foram excluídos do mercado de trabalho e do sistema educacional na Europa. Isso corresponde a um aumento significativo na taxa de NEETS: em 2008, esse número foi de 11% dos 15-24 anos e 17% dos 25-29 anos de idade, em 2011 aumentou para 13% e 20%, respetivamente. Há grande variação entre os Estados-Membros, com taxas que variam de menos de 7% (Luxemburgo e Países Baixos) a mais de 17% (Bulgária, Irlanda, Itália e Espanha). "(Eurofound, 2012)

Cerca de 14 milhões de jovens por toda a europa estão fora do sistema de ensino ou laboral. Este é um problema que não tem solução à vista, um problema criado pelo sistema capitalista.

A Direção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN) lança as premissas que regulam as condições de trabalho na Comunidade Europeia:

- Questões relacionadas diretamente com o mercado de trabalho: salários, tributação do trabalho e incentivos financeiros ao trabalho (sistema fiscal e de prestações sociais);
- As reformas do mercado de trabalho e, mais profundamente, uma avaliação do impacto das reformas sobre o desempenho macroeconómico, nomeadamente as repercussões destas reformas sobre a capacidade de adaptação e possível contribuição para uma maior utilização da mão-de-obra que leve a um aumento da robustez da economia na europa.

O objetivo é a supervisão, controlo e avaliação da evolução da situação em todos os Estados Membros em períodos regulares. A DG ECFIN analisa temas concretos a fim de contribuir para o debate político através de estudos específicos para constituir recomendações sobre a política laboral na UE. ⁹

Mas existe um longo caminho a percorrer e as políticas públicas têm de atender não só às necessidades do mercado mas também à restauração dos laços sociais dos indivíduos que se ajudem a preservar a sua diferença face ao outro.

“Dispomos dos conhecidos conceitos de “indivíduo” e “sociedade”, o primeiro dos quais se refere ao ser humano singular como se fora uma entidade existindo em completo isolamento, enquanto o segundo costuma oscilar entre duas ideias opostas, mas igualmente enganosas. A sociedade é entendida, quer como mera acumulação, coletânea somatória e desestruturada de muitas pessoas individuais, quer como objeto que existe para além dos indivíduos e não é passível de maior explicação.” (Elias, 1993, Prefácio)

O indivíduo como fazendo parte da sociedade é influenciado pelos conceitos que apreende na sua vida quotidiana, deve manter mesmo assim a sua individualidade (Elias, 1993: 17).

Para haver verdadeira liberdade o indivíduo tem de usufruir de satisfação e para que essa vivência seja satisfatória, a sociedade terá de ser menos subjugadora das vontades individuais embora, por vezes, se mostre difícil encontrar esse equilíbrio (Elias, 1993: 19).

5.2 Síntese dos programas e medidas de emprego jovem no século XXI (2000-2011)

Segundo dados do Instituto do Emprego e Formação profissional, IP, no final de dezembro de 2011, o número de abrangidos nas diversas medidas de Emprego, Formação Profissional e Reabilitação Profissional foi de 455 119 correspondendo a um decréscimo de -2,4% face a dezembro de 2010 e de -3,8% face a dezembro de 2009 (- 11 053 e - 18 168 abrangidos respetivamente)¹⁰.

“O número de abrangidos, atingido em final de dezembro de 2011, corresponde a 101,3% do valor total previsto para o ano de 2011, em sede de 5ª Alteração Orçamental.” (IEFP, 2011, 3)

Para ilustrar a importância dos resultados obtidos podemos destacar a execução dos Programas de Reabilitação (91;1%) e os Programas de Emprego (80,5%). Neste último

¹⁰ Fonte: SIEF, SIGAE, SGC, SGFOR, SEIP (1) Inclui a execução dos Centros de Reabilitação Profissional, de gestão direta e participada, e a execução afeta aos Serviços de Coordenação Regional e aos Serviços Centrais.).

destacam-se os Contrato Emprego Inserção (CEI e CEI+) e os Estágios Profissionais nos Programas de Emprego.¹¹ Cerca de 21,5% dos abrangidos são jovens (menos de 25 anos), sendo o grupo etário dos 25 aos 34 anos o mais significativo, a nível global, com 93 674 pessoas (cerca de 26,5%).” (IEFP, 2011, 3)

Segundo o Relatório Anual de 2011 do IEFP e em relação às habilitações literárias dos indivíduos abrangidos pelos programas de reabilitação e de emprego destaca-se o número de formando que não tinham à data de entrada no programa o 9º ano (103 162) ou seja, 29,2% dos abrangidos.

Ao longo do período analisado as políticas ativas de emprego dividiram-se em 4 grandes áreas: formação (em sala ou local de trabalho), apoio à criação de emprego (por conta de outrem ou própria), emprego subsidiado no setor público (colocação temporária em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos) e serviços públicos de emprego (intensidade e eficácia dos esforços de procura de emprego, orientação, aconselhamento).

“Em 12 anos, (...) no conjunto, as medidas enquadradas nos cinco tipos referidos envolveram 722.6 mil participações e 514.4 mil participantes. A despesa pública total associada a estas participações foi de, a preços de 2011, aproximadamente igual a dois mil milhões de Euros.” (Dias & Varejão, 2011:1)

É um investimento alto para poder recuperar um atraso estrutural em termos de habilitações literárias que se sentia em Portugal há várias décadas. Os estágios foram os que mais apoio financeiro necessitaram. Os programas ocupacionais tornaram-se nos mais vulgares.

Segundo dados recolhidos por Mónica Dias e José Varejão no seu estudo sobre a avaliação das políticas de emprego de 2011 as Medidas Ocupacionais representam mais de metade (58%) do total, seguindo-se-lhe, por ordem de importância, os Estágios (25%) e os Apoios à contratação (11%). Em termos de despesa pública, dominam, fruto do seu maior custo unitário, os estágios (36%) e os Apoios ao Empreendedorismo (31%).” (Dias & Varejão, 2011:2)

As políticas de emprego que surgiram em Portugal desde o início do século XXI são muito diversificadas e em permanente transformação, eram 167 medidas diferentes nos últimos anos, algumas meras variações (Dias e Varejão, 2011, 16).

Com tantas e tão variadas intervenções pública a avaliação dos efeitos das mesmas torna-se difícil e mesmo os destinatários por vezes podem não ter a informação mais concreta e correta dos programas existentes no momento.

Interessa acima de tudo perceber que tipo de consequências existiriam se o indivíduo não participasse em determinada programa, mais do que fazer uma comparação entre indivíduos

¹¹ Fonte: IEFP

na mesma situação e saber em como ele estaria agora sem essa intervenção (Dias & Varejão (2011:75).

5.3 Os programas de empregabilidade jovem 2012-13

Desde que tomou posse o XIX Governo, em 11 de Junho de 2011, em plena crise desencadeada pela bolha imobiliária, o único programa para o combate ao desemprego jovem lançado foi o denominado “Impulso Jovem”, um quadro de apoios à contratação de jovens que *“tem como objetivo melhorar o perfil de empregabilidade dos jovens que procuram emprego e, simultaneamente, promover o conhecimento de novas formações e competências junto dos empregadores de forma a estimular a criação de emprego em novas áreas. Em termos globais, as medidas destinam-se a promover a integração no mercado de trabalho dos públicos mais jovens.”* (IEFP, 2013: 6)

Os três eixos em que se baseia este programa são: “as medidas passaporte emprego”, “apoio à contratação e ao empreendedorismo” e “apoios de investimento”:

As medidas passaporte *emprego* “consistem no desenvolvimento de projetos integrados constituídos por um estágio profissional, acompanhado de formação, e seguido pelo apoio à contratação sem termo por conta de outrem.” (IEFP,2013: 5). Divide-se em quatro áreas de atuação:

- Passaporte Emprego;
- Passaporte Emprego Economia Social;
- Passaporte Emprego Agricultura;
- Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas.

Podem candidatar-se a estes programas desde entidades privadas com ou sem fins lucrativos até às autarquias locais (as autarquias passaram a fazer parte do programa através da portaria n.º 65-B/2013, de 13 de fevereiro). Abrange esta medida o que estava na génese dos estágios profissionais, apenas excluindo os PEPAC, o programa de estágios da administração central.

O público-alvo genericamente são os jovens entre os 18 e os 30 anos (limite era 25 anos, alterado pela portaria n.º 65-B/2013, de 13 de fevereiro), inscritos num centro de emprego, apenas na medida “passaporte emprego agricultura” a idade máxima é alargada até aos 35 anos. Estes estágios têm a duração de 12 meses.

Outra medida do impulso jovem é o apoio à contratação e ao empreendedorismo que promove o empreendedorismo empresarial e a criação de emprego jovem através de:

- Reembolso das contribuições para a Segurança Social, em caso de criação de contratos de emprego;
- Apoios técnicos na área do empreendedorismo;
- Dinamização de ideias de negócio;
- Apoio à obtenção de financiamento microcrédito e capital de risco;
- Financiamento à criação de cooperativas de jovens.

A terceira medida do programa impulso jovem é denominada “apoios ao investimento” que consiste no financiamento de criação de emprego jovem assim como do desenvolvimento económico do tecido empresarial nacional.

Nestas duas últimas medidas não é definido objetivamente o que é um “jovem”, nem limitação, o próprio sítio oficial do programa remete para a assinatura e consulta de uma newsletter. Estas medidas são financiadas através do IEFP, IP.

Esta medida relançada no dia 20 de Fevereiro de 2013 havia já sido divulgada em Diário da República no final de Julho de 2012 (Portaria n.º 225-A/2012, de 31 de julho) e desde essa data apenas 1400 jovens desempregados foram inseridos em programas de estágio em pequenas e médias empresas, dos 90 mil que era o objetivo inicial do governo. A meta hoje continua nos 90 mil mas o prazo para lá chegar foi alargado até 2015, apesar e ser apenas financiado pela união europeia até final de 2013.

Segundo dados tornados públicos pelos órgãos sociais, existem cerca de 344 milhões de euros para este programa:

“Com o apoio técnico de Bruxelas, em Portugal foram desde então reorientados 143 milhões de euros do Fundos Social Europeu especificamente para financiar o Impulso Jovem, que conta com um orçamento de 344 milhões de euros. Outros 500 milhões de euros de verbas dos fundos estruturais já destinadas a Portugal foram igualmente realocadas para apoiar iniciativas relacionadas com a criação de emprego, algumas das quais destinadas especificamente aos jovens.” (Rosário, 2012)

No relançamento do programa “Impulso Jovem”, o então ministro-adjunto e dos assuntos parlamentares, Miguel Relvas, afirmou numa palestra no Conselho Nacional de Juventude, em 17 de fevereiro de 2013, que *“está a ser ultimado um plano nacional de ação na área da juventude, depois de o último Conselho de Ministros ter aprovado a estratégia global. Em breve será também concluído o Livro Branco, que começou a ser feito já em 2011.”* (Sanches e Lopes, 2013)

No que diz respeito especificamente ao programa “Impulso Jovem”, refere que este precisa de mais divulgação e que nem *“a sua filha de 21 anos não sabe o que é o Impulso Jovem, não quisemos numa primeira fase ser acusados de fazer propaganda e fomos muito austeros na apresentação do programa. Vamos continuar a ser austeros mas vamos ter que abrir os cordões à bolsa e vamos ter que fazer uma campanha de divulgação. Vamos ampliar o programa, se quisemos que mais jovens possam dele beneficiar.”* (Sanches e Lopes, 2013)

Para um programa de emprego jovem, o único lançado em quase 2 anos, que pretende incluir 90 mil jovens e cujo financiamento é até final do ano 2013, não ter sido divulgado parece uma utopia.

A perspetiva do XIX governo em relação aos jovens é neste ponto ainda mais pertinente, exortando a emigração como meio dos jovens conseguirem preencher as suas expectativas, o ministro Miguel Relvas afirma que o país tem *“pessoas com formação elevada, mas que têm uma perspetiva de carreira profissional instável.”* (Sanches e Lopes, 2013)

Parece claro que com este caminho a participação política e partidária dos jovens é e será cada vez mais escassa, longe dos centros de decisão.

5.4 Novos conflitos sociais resultantes de um velho sistema

Hoje a luta contra a precariedade e insegurança laboral leva os trabalhadores a manifestarem-se com cada vez mais força em toda a Europa e mais especificamente em Portugal como demonstra o aparecimento e consolidação de movimentos e organizações que lutam contra a globalização contra-hegemónica e contra os valores e práticas do capitalismo como sistema económico e social (Santos, 2004: 21).

Assim, para se poder dar uma resposta a este sistema que não consegue corresponder aos anseios e expectativas de uma grande maioria da população, pretende-se centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que se têm vindo a formular e que representam formas de organização económica baseadas na igualdade e na solidariedade. O capitalismo como sistema apresenta falhas que podem levar ao seu declínio: desigualdades dramáticas entre classes sociais, benefício pessoal em vez de solidariedade.

“A exploração consiste no controlo de trabalho (força de trabalho e produto) em benefício de quem não é trabalhador. Para impô-la é necessário separar o trabalhador do controlo da sua

força de trabalho e dos recursos de produção e isso, evidentemente, não se pode conseguir sem dominação. O controlo da autoridade e da força e, depois, o controlo da naturalização e/ou legitimação da dominação, é o primeiro instrumento da dominação, ao qual será mais tarde associado o controlo da subjetividade, do conhecimento, do modo de produzir conhecimento.” (Santos, 2004: 434)

Começa pelo sistema de dominação e só depois vem a exploração social, ambas articuladas no sentido da maximização de lucro.

Considerações Finais: Os jovens e a crise, o desemprego e a precariedade: o caso português

Nos primeiros capítulos deste trabalho analisou-se o desemprego como problema estrutural e as causas para o crescimento acelerado do desemprego, e, neste caso concreto, do desemprego jovem (15-24 e 24-39 anos). Durante a investigação desta questão traçou-se o perfil do desemprego jovem em Portugal e como este tem evoluído numa época de crise (2008/...). As explicações para este fenómeno foram globais, como a crise de subprime, mas também intrínsecas à cultura e expectativas dos jovens portugueses (mais escolaridade, maior expectativa face ao mercado de trabalho). Ligado ao conceito de desemprego aparece o de precariedade, muitos jovens não estando desempregados, encontram-se em situação de emprego desprotegido, é esta faixa etária que mais está sujeita a vínculos profissionais precários.

A precariedade tem várias dimensões: dependência familiar (económica), incerteza quanto ao futuro, trajetos de vida irregulares e reversíveis. As consequências são visíveis: insegurança profissional, aceitação de empregos mal remunerados e com poucos direitos (Pais, 2001). Esta situação agrava as desigualdades sociais, o que leva muitos jovens à emigração, que significa a perda de capital humano fulcral para o desenvolvimento do país. Por parte do governo central pede-se uma resposta imediata para este problema através de políticas de emprego públicas que permitam a manutenção do capital humano qualificado que é determinante para o crescimento económico, social e, cultural do país.

Perante esta problemática, a discussão sobre possíveis soluções, quer a nível europeu, quer a nível nacional, tem-se intensificado, o que se explica pela urgência da abordagem a esta questão fundamental: como resolver o dilema do desemprego jovem? Todas as abordagens apelam a uma visão estratégica de longo prazo, investindo nos jovens e no seu capital humano, permitindo que estes possam contribuir para a evolução o país.

Perante este cenário, em 2009, o governo português ainda acredita que o aumento do investimento público é a solução para sair da crise, para o aumento dos postos de trabalho, mas essa é uma visão que muda com a entrada do FMI, com as suas ideologias mais protecionistas.

Portugal registou em 2012, uma taxa de desemprego de 17,6% e mais de 37% de desemprego jovem e esta taxa deverá crescer nos próximos anos (dados da Organização Internacional do Trabalho).

A população e nomeadamente os jovens têm demonstrado desagrado em relação a estes elevados números de desemprego e precariedade através de manifestações como a que ocorreu em 12 março de 2011, a “geração à rasca” com mais de 300.000 aderentes demonstra bem a luta que agora se agoniza contra um sistema que não tem em conta as suas necessidades profissionais e liberdades individuais. Anteriormente tínhamos visto que o nível de escolaridade média em Portugal aumentou muito nos últimos anos, mas também a precariedade e a instabilidade no emprego.

“A “flexibilização” do emprego nestes países da semiperiferia europeia visa reduzir os custos do fator trabalho, o que é visível nas diferenças de rendimento entre trabalhadores sob contrato permanente, não permanente e temporário. A crise financeira de 2008 e as políticas de austeridade neoliberal só aceleraram o declínio da “classe média” assalariada, expondo a proletariedade extrema de jovens-adultos homens e mulheres inseridos na nova precariedade salarial.” (Alves, 2012a)

Os jovens precários caracterizados pelas suas altas qualificações escolares e expectativas frustradas não têm autonomia financeira para constituir a sua própria família e muitas vezes são ajudados monetariamente pelos pais que assim se tornam na nova “sociedade providência” que nos fala Boaventura Sousa Santos (1993) que substituí o papel do estado providência na procura do bem-estar social.

Assiste-se hoje, com as políticas de austeridade a um contraste cada vez maior entre capitalismo e bem-estar social, os cortes nos subsídios e o despedimento de funcionários públicos lançam entre a população um clima de terror e medo, nomeadamente entre os mais jovens que pretendem entrar no mercado de trabalho, estes não conseguem viabilizar esse desejo por não encontrar uma solução profissional dentro do sistema capitalista e sentem-se excluídos, com uma política de austeridade protetora do capital que pouco tem em consideração as expectativas criadas dentro desse próprio sistema. É a própria crise do capitalismo que está aqui em jogo:

“[...]portanto, o que a ampliação da camada social do precariado nos países capitalistas mais desenvolvidos explicita com vigor é que a crise capitalista é uma crise do capitalismo como horizonte de reprodução social, ou ainda, crise dos valores-fetiches que constituíram a ordem burguesa fordista-keunesiana.” (Alves, 2012a).

Em relação às expectativas dos jovens e a conformidades desta com a oferta do mercado de trabalho, podemos concluir que os jovens precários têm relações com o capitalismo tardio e é diante do esfumar de expectativas e sonhos criados por este sistema que os precários se revoltam e criticam o capitalismo manipulatório, ou seja, como se disse anteriormente, a educação é feita em grande medida pelo sistema capitalista, que se imiscuí em todas as áreas da sociedade, e é este que cria ilusões no indivíduo que hoje não pode cumprir (Alves, 2012), quando na realidade os jovens se deparam com um sistema de reprodução social em que o seu projeto de vida fica marcado por um quadro de condicionantes que dificultam as suas aspirações e ilusões que anteriormente foram criadas pelo sistema capitalista, gerando assim um clima de tensão e conflito em que o indivíduo não se vê no seu pleno direito de cidadania e em que vê os mecanismos de socialização e repressão tomarem conta do seu projeto pessoal, ou seja, a sua emancipação enquanto cidadão (Santos, 1990).

Neste ponto fica patente que se começa a observar na sociedade um novo quadro de relações laborais e sociais e o que aparenta ser apenas uma adaptação às novas condicionantes económico/sociais tem por detrás a reprodução de comportamentos e a aceitação da situação de precário não como fase da vida mas como modo de vida (Santos, 2004), os indivíduos têm muita dificuldade em não ser influenciado pelos valores incutidos pelo lado negro do capitalismo, o consumismo. O indivíduo, embebido dos valores de mercado em que tudo é transacionável, apenas quer um lugar nesse sistema que lhe permita ter poder de consumo, ou seja a ideologia capitalista está enraizada na sociedade e convence os indivíduos que este é o melhor e único sistema possível e viável.

“Na verdade, nas condições do poder da ideologia e da constituição da “multidão” do precariado, coloca-se hoje, mais do que nunca, a necessidade radical da luta ideológica que, num mundo social do trabalho precário, torna-se mais candente tendo em vista a exacerbação da manipulação como modo de afirmação do capital como sociometabolismo estranhado.” (Alves, 2012a)

As políticas de emprego público parecem, assim, não conseguir responder às expectativas dos jovens e para muitos indivíduos, este sistema não resulta, pois não têm poder de compra e estão excluídos, é altura, de acima de tudo, de perceber se existe alternativa a este sistema, caracterizado pela manipulação da sociedade e dos indivíduos, um sistema mais justo e que tenha em primeiro lugar a liberdade dos indivíduos, que não tenha como pressupostos a miséria, pobreza e fome.

Para responder à nossa pergunta de partida as políticas de emprego público não evidenciam uma resposta aos anseios dos jovens, contribuindo para uma visão turba de um futuro cheio de incertezas que passa a ser a realidade dos nossos jovens, mas uma coisa parece certa, os indivíduos que procuram aumentar as suas qualificações parecem ter mais consciência dos atrasos estruturais do país, bem como as mudanças no paradigma de empregabilidade e

apesar de haver frequentemente uma não correspondência automática entre grau de ensino e qualidade do emprego, sobretudo para quem tem mais habilitações (graus académicos superiores como Licenciatura, Mestrado, etc.), está comprovado que ter poucas ou nenhuma qualificações, é hoje um problema social sério, ou seja, para poderem pôr em causa o sistema em que estão incluídos têm de ter consciência dele e a formação escolar e profissional, é, nesse campo, um dos melhores campos para debate e compreensão do problema, não é, nem pode ser, encarado meramente como um meio de encontrar um emprego melhor, é mais do que isso, é um espaço de consciencialização e desenvolvimento de cidadania.

Para terminar e depois de ter exposto a conjuntura económica e social dos últimos anos em Portugal: desemprego, precariedade e políticas públicas fico com uma certeza e várias dúvidas, a certeza que tenho enquanto investigador é que este sistema tal como está cria assimetrias e não resolve o problema das expectativas criadas internamente, logo terão de surgir alternativas mais capazes, as dúvidas que ficam são sobre o papel do estado neste processo, o qual parece encarar como solução o neoliberalismo, descartando o seu papel enquanto impulsionador da criação de emprego jovem. Não podemos confirmar que as expectativas dos jovens são defraudadas apenas pelo sistema capitalista ou pelas políticas públicas, mas estas últimas têm um papel importantíssimo para a inserção dos jovens no mercado de trabalho e estas têm sido inconsequentes e com o crescer do desemprego jovem em Portugal se prova que algo tem de mudar no curto espaço de tempo. Ficam no final mais dúvidas do que certezas, mas é o levantar dessas dúvidas que pode levar a algumas respostas por parte de quem nos representa, esperando com este trabalho contribuir para aprofundar a análise deste problema e alargar o debate em torno do desemprego e da precariedade e as suas consequências na vida, neste caso, dos jovens portugueses. Para finalizar, seria importante a realização de estudos mais aprofundados sobre a correlação entre estes conceitos e uma maior abertura das instituições para a identificação das especificidades do desemprego jovem na atualidade para uma resposta mais consentânea aos anseios e necessidades dos jovens portugueses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO E SILVA, Pedro (2002). “*O Modelo de Welfare da Europa do Sul: Reflexões sobre a utilidade do conceito*”, in revista Sociologia, Problemas e Práticas n.38, pp.26-62, Oeiras, consultado em 03/02/2013:

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a03.pdf>

ALVES, Giovanni (2011). “*Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI*”, in Giovanni Alves, Andre Vizzaccaro-Amaral e Daniel Mota (org.), *Trabalho e Saúde - A Precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 210.

ALVES, Giovanni (2012a). “O enigma do proletariado e a nova temporalidade histórica do capital in blog da boitempo, publicado em 14/05/2012 e consultado a 23/12/2012:

<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/05/14/o-enigma-do-precariado-e-a-nova-temporalidade-historica-do-capital-parte-1/>

ALVES, Giovanni (2012b). “*trabalho docente e precarização do homem-que-trabalha*” in blog da boitempo, publicado em 16/11/2012 e consultado a 23/12/2012: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/11/16/trabalho-docente-e-precariozacao-do-homem-que-trabalha/>

ALVES, Giovanni (2012c). “*Crise de valorização e desmedida do capital: Breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital*”, artigo mestrado ciências sociais UNESP- Marília.

ANTUNES, Ricardo (2002). “*Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal*”, in A Cidadania Negada. Consultado em 29/09/2012: Se as expectativas dos jovens em relação ao mercado de trabalho têm correspondência;

ARAÚJO, Pedro (2008). *“Do trabalho para a vida às incertezas do desemprego”*, Coimbra, Quarteto.

AUGUSTO, Nuno Miguel (2006), *“Novos actores sobre velhos palcos: juventude, política e ideologias no Portugal democrático.”* Covilhã: Universidade da Beira Interior (tese de doutoramento).

BECK, Ulrich (2000). *“The Brave New World of Work”*, Cambridge, Polity Press.

BOGALHO, Pedro Jorge (2008). *“Base de Dados Comunitária das Políticas de Emprego”* Consultado em 30/09/2012:

<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000041001-000042000/000041654.pdf>

CASAL, Joaquim (1996). *“Modos emergentes de la transicion a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximacion sucessiva, precariedade y desestructuration”*, revista espanola de investigaciones sociológicas n.º75, Madrid, pp. 295-316;

CAIRNS, David (2011). *“Youth, Precarity and the future” - Undergraduate housing transitions in Portugal during the economic crisis* in Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 66, Lisboa, pp. 9-25.

CAMPOS, António Manuel Barão Machado (2009). *“Depressão e Optimismo: Uma visão do desemprego sob o prisma da psicologia da saúde”*, Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação de Beja, Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia, consultado em 30/09/2011:

<https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/268/1/Optimismo%20%26%20Depress%C3%A3o.pdf>

CAPUCHA, Luís (1998). *“Pobreza, exclusão social e marginalidades”*, em

José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

CASTELLS, Manuel (1998). “*End of Millenium*”, (Information Age: Economy, Society and Culture, vol. III), Blackwell.

CAWLEY, John; HECKMAN, James and VYTLACIL, Edward (1999). “*Meritocracy in America: Wages Within and Across Occupations, Industrial Relations*”, Vol. 38, No. 3 1999 Regents of the University of California, consultado a 02/10/2012: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/0019-8676.00130/pdf>

DIARIO DA REPUBLICA (2012). Portaria n.º 225-A/2012, de 31 de julho, alterada pela Portaria n.º 65-B/2013, de 13 de fevereiro in Diário da República, 1.ª série – N.º 147 – 31 de julho de 2012.

DIAS, Mônica Costa; VAREJÃO, José (2011). “*Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego, 1.º Relatório de progresso, dezembro de 2011*”, faculdade de economia do Porto.

ELIAS, Norbert (1993). “*A sociedade dos indivíduos*”, Lisboa, Dom Quixote.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING COMDITIONS (2012). “*NEETs - Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe: Executive summary*”

<http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2012/541/en/1/EF12541EN.pdf>

acedido a 25/10/2012

FERREIRA, Vítor, Sérgio; FERNANDES, Ana Matos; VIEIRA, Jorge; PUGA, Pedro; BARRISCO, Susana (Eds.) (2006). “*A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio. Um Retrato Longitudinal através de Fontes Estatísticas Oficiais: 1990-2005.*” Lisboa: Instituto Português da Juventude.

FRIDMAN, Luís Carlos (2007). “*Trabalho, especialização flexível e reflexividade desanimada*”, GT Trabalho e Sociedade – 3ª Sessão, 2007, consultado no dia 05/10/2012: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs00/gt20/00gt2031.

GALLAND, Olivier (2001). “*Sociologie de la Jeunesse*”. Armand Collin, Paris.
GIDDENS, Anthony (2000). «*A Europa, a Globalização e o Futuro da Política Social*», conferência realizada em 5 e 6 de maio de 2000 no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia.

GIDDENS, Anthony (2003). “*Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós.*” , Rio de Janeiro: Record.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006). “*Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo- Sentidos e formas de uso*”, Estoril: Príncípia Editora, Lda.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro (2005). “*Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada*” in revista brasileira de ciências sociais - Vol. 20 Nº. 58 de Junho 2005, 157-175, São Paulo.

GUERREIRO, Maria das Dores Guerreiro; ABRANTES, Pedro (2007). “*Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego, transições incertas - Os jovens perante o trabalho e a família.*”, XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Estudos n.2,2.edição, 2007, consultado em 02/10/2012: http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Transicoes_Incertas.pdf

HANDY, Charles (1995). “*A era do paradoxo: dando um sentido para o futuro*”. São Paulo: Makron Books.

HESPANHA, Pedro (2008). “*Políticas Sociais: Novas Abordagens, Novos Desafios*”, Consultado em 30/09/2012: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs_v39n1a1.pdf

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP (2011). “*Relatório Anual -2011, Gabinete de estudos e avaliação*”, IEFP,IP- Instituto de Emprego Formação Profissional,2011 http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2011/Relatorio_anual_2011.pdf consultado em 31/10/2012.

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONA (2012a). “*Estatísticas de Emprego*”, consultado em 30/09/2012: <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/EstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP. (2012). “*Síntese dos programas e medidas de emprego dezembro 2011*”, Departamento financeiro e de controlo de gestão, direção de serviços de controlo e gestão, 2011, consultado em 03/10/2012: <http://www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/SinteseExecucao/Paginas/Home.aspx>

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP (2013), “*Programa Impulso Jovem -passaporte emprego*”, regulamento específico (versão 2/ fevereiro 2013), Instituto do Emprego e Formação profissional, IP.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011). “*O emprego jovem e a sua contextualização estatística em 2011*”, departamento de estatísticas demográficas e sociais, Instituto Nacional de estatística, IP.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (2012). “*Estatísticas de Emprego*”, consultado em 30/09/2012:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000245&contexto=pi&selTab=tab0

KALLENBERG, Arne (2011). “*Good Jobs and Bad Jobs: The Rise of Polarize and Precarious employment systems in the United States 1970s to 2000s*”, New York, Russell Sage Foundation.

MACHADO PAIS, José (1990). “*A Construção Sociológica da juventude- alguns contributos*”, *Análise Social*, vol. XXV, 1990 (1.º, 2.º), pp. 139-165.

MACHADO PAIS, José (2001). “*Ganchos, Tachos e Biscates- Jovens, trabalho e futuro*”, Coleções trajectórias, AMBAR, Porto.

MACHADO PAIS, José (2009). “*A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse*” in revista *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, São Paulo.

MARX, Karl (1983). “*Contribuição à crítica da economia política.*” Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MÉSZAROS, Istan (2012). “*Educação: O desenvolvimento contínuo da existência socialista*” in blog da boitempo inserido em 15/10/2012 e consultado em 24/12/2012: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/category/colaboracoes-especiais/Istvan-Mezzaros>

MILITÃO, Maria João: PINTO, Carla (2008). “*Governamentalidade, cultura política e a reflexividade dos riscos sociais: o caso da política portuguesa de inclusão social*” in VI Congresso de Sociologia: *Mundos Sociais, Saberes e Práticas*”, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25 a 28 de Junho de 2008; Consultado no dia 30 de Setembro de 2012: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/202.pdf>

MOTA, Maria do Céu (2012). “ *Profissão Pesadelo*” Consultado em 02 de Novembro de 2012, <http://aventar.eu/2012/09/01/profissao-pesadelo/comment-page-1/>.

MOZZICAFREDDO; Juan Pedro (1992). “*Estado Providência em Portugal - Estratégias Contraditórias, Sociologia - Problemas e Práticas n.º 12*”, pp. 57-89; Consultado em 30/09/2012: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/28/287.pdf>

MOZZICAFREDDO, Juan Pedro(1994) - “*O Estado Providência em transição, Sociologia, Problemas e Práticas n.º 16*”, 1994, pp.11-48; Consultado em 30/09/2012: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/24/236.pdf>

PORDATA (2012).“*Estatísticas de Emprego*”, consultado em 30/09/2012.<http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Emprego+e+Mercado+de+Trabalho-3>

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUNDT, Luc van (1992). “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”, Colecção Trajectos, Lisboa, Gradiva.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010). “*O Estado e as Políticas Sociais em Portugal Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*”, Vol. XX, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

ROSÁRIO, Daniel do (2013). “*Impulso Jovem abrange apenas 1400 dos 90 mil desempregados*” Jornal Expresso online: <http://expresso.sapo.pt/impulso-jovem-abrange-apenas-1400-dos-90-mil-desempregados=f788310#ixzz2LR2N6G2p> consultado em 20/02/2013.

SANCHES, Andreia; LOPES, Maria (2013). “*Estado vai facilitar o regresso dos jovens à agricultura*” in Jornal Público online: <http://www.publico.pt/politica/noticia/miguel-relvas-estado-vai-facilitar-o-regresso-dos-jovens-a-agricultura-1584812> consultado em 19/02/2013

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990). “*O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*”, Edições Afrontamento, Porto.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (1993). “Portugal, Um Retrato Singular”, Porto, Afrontamento;

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2004). “Os Caminhos da Produção Não Capitalista, Reinventar a Emancipação Social para novos manifestos”, Edições Afrontamento;

SAÚDE, Sandra; DELGADO, Ana Patrícia (2004). “Empregabilidade e *novas competências: Identificação de perfis e de factores de limitação à inserção profissional dos estudantes do ensino superior politécnico - um estudo de caso*. Atas dos ateliês do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho, Braga e Universidade do Minho, 2004; Consultado no dia 30 de Setembro 2012:
http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ddf8927d5_1.pdf

SÁ, Teresa (2012). “*Precariedade*” e “*trabalho precário: consequências sociais da precarização laboral*”, *Configurações* [Online], 7 | 2010, posto online no dia 18 Fevereiro 2012, consultado no dia 30 de Setembro 2012:
<http://configuracoes.revues.org/203>

SINGER, Paul (1995). “*A precarização é causa do desemprego.*” *Folha de São Paulo*, 10.12.1995, Consultado 02/10/2012: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/10/dinheiro/5.html>

STANDING, Guy (2011). “*The Precariat - The New Dangerous Class*” in Policy Network, consultado em 23 dezembro 2012:
http://www.policynetwork.net/pno_detail.aspx?ID=4004&title=+The+Precariat+%e2%80%93+The+new+dangerous+class

STIGLITZ, Joseph (2010). “*O mundo em queda livre*”, Companhia das Letras.

VOGT, William Paul (2005). “*Dictionary of statistics and methodology: a nontechnical guide for the social sciences, 3.ª Edição*”, Thousand Oaks: Sage Publications.

WOLECK, Aimoré (2004). “*O Trabalho, a Ocupação e o Emprego, Uma Perspectiva Histórica*”, Associação Educacional Leonardo da Vinci ,2004, consultado no dia 30 de Setembro de 2012: <http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>

ANEXOS

Índice de Anexos:

Anexo i - Medidas ativas de emprego;

Anexo ii - Principais tipos de medidas ativas;

Anexo iii - População jovem por condição perante o trabalho 2000 e 2009;

Anexo iv - Desempregados registados nos centros de emprego, por ano segundo o grupo etário 1997-2009;

Anexo i -Medidas ativas de emprego

Sob a designação genérica de Medidas Ativas de Política de Emprego podemos incluir quatro tipos principais:

Formação - formação de carácter geral ou específica que tanto pode acontecer em sala como em posto de trabalho, permitindo um ganho de produtividade dos trabalhadores e e um meio de facilitar e potencializar a empregabilidade dos desempregados.

Apoio a criação de emprego - pode ser efetuado pela via do apoio a criação de novas unidades de produção (apoio ao empreendedorismo) ou para contratação de novos trabalhadores numa empresa já existente e pretende o aumento líquido de postos de trabalho, também apoia a criação do próprio emprego por desempregado.

Programas Ocupacionais - medidas dirigidas a desempregados através da sua colocação temporária em entidades do setor público ou em organizações privadas sem fins lucrativos onde realizam atividades socialmente úteis.

O objetivo destas medidas não é o regresso imediato dos desempregados ao emprego, destinando-se acima de tudo a prevenir a perda de competências socioprofissionais elementares ou a sua aquisição e, por essa via indireta, o regresso ao emprego;

Serviços Públicos de Emprego-Intervenções de aconselhamento e orientação vocacional, apoio à procura de emprego e mesmo as sanções aplicadas que impendem sobre os desempregados subsidiados em caso de não cumprimento dos requisitos de procura de emprego associados ao direito à proteção no desemprego. São todas as medidas dirigidas a promoção dos esforços de procura de emprego aumentando a sua eficácia.

Anexo ii: Tabela dos principais tipos de medidas ativas:

Medidas	Tipo de intervenção	Exempços de medida
ESTÁGIOS	Subsidia a contratação e formação em contexto de trabalho, podendo o formando ser contratado (ou não) pela mesma entidade, no término do estágio.	Estágios Profissionais Estágios ao abrigo do programa INOV
MEDIDAS OCUPACIONAIS	Subsidia colocações, por período limitado, de trabalhadores desempregados em instituições do setor público ou em OSFL	Programas Ocupacionais Contratos Emprego- Inserção
APOIO À CONTRATAÇÃO	Subsidia a contratação de desempregados e trabalhadores pertencentes a grupos desfavorecidos por empresas do setor privado da economia	Apoio à Contratação
APOIO AO EMPREENDEDORISMO	Subsidia a constituição de novas entidades de pequena dimensão que contratem trabalhadores por conta de Outrem	Programa de Apoio à Criação do Próprio Emprego
APOIO À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO	Subsidia a criação do próprio emprego por trabalhadores desempregados	Programa de Apoio à Criação do Próprio Emprego
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Subsidia a formação em sala de ativos que abandonaram precocemente o sistema de ensino e formação geral para profissões específicas	Sistema de Aprendizagem Educação e Formação de Adultos Educação e Formação de Jovens Formação Contínua

Nota: OSFL - Organizações sem Fins Lucrativos, retirado de Mónica Costa Dias, José Varejão (2011:17)

Anexo iii: População jovem, por condição perante o trabalho de 2000 a 2009.

Ano 2000:

Condição perante o trabalho	Total
Empregado civil	1 253 136
Militar de carreira	9 356
Desempregado à procura do 1º emprego	22.343
Desempregado à procura de novo emprego	62 563
A cumprir o serviço militar obrigatório	11 702
Estudante	750 012
Doméstica/o	52 125
Outros inactivos	94 145
TOTAL	2 263 445

Ano 2009 em detalhe:

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	Total			
	TOTAL 15-29	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos
Empregados civis	941.454	57.333	307.098	577.024
Militares de carreira	13.623		7.080	5.217
Desempregados à procura de 1º emprego	50.342	13.801	23.797	12.745
Desempregados à procura de novo emprego	122.265	8.181	47.670	66.414
Estudantes	724.544	476.475	197.613	50.456
Domésticos	20.781		6.131	12.534
Outros inactivos	67.001	16.561	24.444	25.997
Total	1.940.995	575.791	614.412	750.791

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal, Estatísticas do Emprego

Fonte: Observatório Permanente da Juventude em 27-03-2013, elaboração própria.

Anexo IV: DESEMPREGADOS REGISTRADOS NOS CENTROS DE EMPREGO, POR ANO, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO: 1997-2009

ANO	AMBOS OS SEXOS				
	TOTAL GERAL	TOTAL 15-29	15-19	20-24	25-29
1997	405.964	149.938	22.186	69.634	58.118
1998	370.674	125.310	17.749	57.446	50.115
1999	330.112	101.936	13.421	45.802	42.713
2000	315.802	93.897	11.986	41.074	40.837
2001	316.440	93.289	12.330	39.390	41.569
2002	371.413	116.073	14.949	48.150	52.974
2003	443.105	135.567	15.767	55.619	64.181
2004	457.864	129.978	14.355	54.140	61.483
2005	468.115	127.187	13.172	51.774	62.241
2006	440.125	114.294	12.649	45.784	55.861
2007	377.436	95.866	11.411	39.271	45.184
2008	402.545	100.645	11.233	42.497	46.915
2009	504.775	123.539	12.769	51.342	59.428

Fonte: IEFP, I.P., Gabinete de Estudos e Avaliação

Anexo V: Guião de entrevista técnicos de emprego



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Departamento de Sociologia

Questionário sobre as expectativas de empregabilidade e políticas públicas de inclusão dos jovens no mercado de trabalho

Este questionário insere-se no contexto de um projeto de investigação no âmbito do Mestrado em Ciência Política, da Universidade da Beira Interior, Departamento de Sociologia e tem como principal objetivo conhecer as perceções dos Técnicos que diariamente lidam com os desempregados relativamente às expectativas e qualidade de emprego.

O questionário é anónimo, garantindo-se a confidencialidade dos dados que servem apenas para efeitos de investigação.

Grelha de Entrevista a Técnicos de Emprego do IEFP,IP:

Políticas Públicas e Desemprego Jovem

Tópicos	Perguntas	Informação Pretendida
Contexto Político e Legal	<p>Quais as políticas de emprego jovem existentes?</p> <p>Como acha que se sentem as pessoas com as mudanças de políticas, nomeadamente de apoio à criação de emprego?</p> <p>Como analisa a possibilidade de risco social dos jovens? Por falta de apoio do estado ou da sociedade civil)</p> <p>Desadequação entre escola e mercado de trabalho, nomeadamente os que têm mais qualificações escolares?</p>	<p>Conhecimento das políticas de emprego jovem existentes;</p> <p>Se essas políticas de emprego têm em consideração as expectativas dos jovens;</p> <p>Conhecimento do risco inerente pela falta de apoio estatal e societal;</p> <p>Se as políticas de emprego jovem (nomeadamente os que têm ensino superior completo) assumem a desadequação entre escola e mercado de trabalho;</p>
Contexto Institucional	<p>Quais as características da população jovem desempregada?</p> <p>Até que idade considera uma pessoa como jovem?</p>	<p>Caracterização da população alvo</p> <p>Missão da Instituição: prevenção e tratamento de soluções para o problema do desemprego;</p>
Objetivos da Intervenção do Técnico	<p>Quando aborda os clientes que tipo de emprego procuram e onde procuram?</p> <p>Procuram o centro de emprego direta e ativamente ou passivamente e só quando chamados?</p> <p>Como se sente em relação aos jovens que procuram o centro para uma resposta para o seu problema de desemprego?</p> <p>Como gere uma situação em que tem de encaminhar um jovem com ensino superior completo para formação profissional percurso Yo-Yo?</p> <p>Qual a sua noção individual de crise?</p>	<p>Expectativas e resultados esperados: integração social, emancipação dos indivíduos;</p> <p>Noção da situação atual (Crise)</p>
Expectativas dos	Que análise faz das motivações dos	Se as expectativas dos jovens em

Políticas Públicas e Desemprego Jovem

<p>jovens</p>	<p>jovens que procuram o Centro de Emprego?</p> <p>Quais as competências valorizadas, o que procuram as empresas?</p> <p>Considera que os jovens são hoje mais movidos por ganhos financeiros ou por realização profissional?</p> <p>Em que sentido expectativas dos jovens se coadunam com a realidade do mercado de trabalho?</p> <p>Considera que o investimento feito em formação tem correspondência no mercado de trabalho?</p> <p>Acha que os jovens pretendem empregos desafiadores e flexibilidade de emprego?</p>	<p>relação ao mercado de trabalho têm correspondência;</p> <p>Se o centro de emprego promove a participação democrática na procura desses resultados;</p>
<p>Reconhecimento dos problemas/necessidades</p>	<p>Quais acha que devem ser as características de um bom emprego?</p> <p>Se as expectativas dos jovens em relação ao mercado de trabalho têm correspondência;</p>	<p>Definição de um emprego com condições mínimas para o trabalhador;</p> <p>Filosofia e papel do técnico na passagem da mensagem institucional;</p>
<p>Importância das redes sociais</p>	<p>Qual a importância das redes sociais e da internet na procura de emprego?</p>	<p>Avaliação do sistema Netemprego e internet em geral na procura ativa de emprego;</p>
<p>Importância dos Centros de Emprego</p>	<p>Considera ainda o centro de emprego como uma rede preferencial de apoio ao desempregado?</p> <p>No geral como reage aos números apontados do Eurostat segundo o qual mais de 260 mil jovens em Portugal não estão em formação, emprego ou a estudar?</p>	<p>Qual a importância dos centros de emprego na conjuntura atual e se essa intervenção junto dos desempregados tem sido eficaz e reação ao números de pessoas não abrangidas em programas de inserção social;</p>
<p>Perspetiva dos direitos Humanos</p>	<p>Considera que o compromisso social através de emprego bem remunerado está protegido?</p> <p>Acha que a inserção no mercado de trabalho é um direito social;</p>	<p>Se existe uma preocupação com os direitos humanos em perspetiva da cidadania e participação e se estes estão assegurados;</p>

Políticas Públicas e Desemprego Jovem

<p>Tendências atuais e desafios do IEFP, IP.</p>	<p>Como vê o papel dos centros de emprego no futuro?</p> <p>Qual é a resposta a esta crise de empregabilidade?</p> <p>Qual o papel dos empresários na melhoria das condições de empregabilidade?</p>	<p>Se os profissionais e a instituição estão abertos a novas perspectivas de atuação, com a envolvência de todos os parceiros sociais na minimização dos efeitos do desemprego e precariedade;</p>
--	--	--